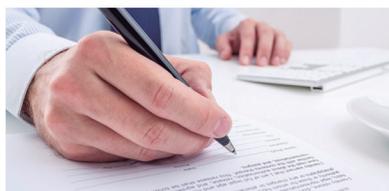




RELATÓRIO DE
GESTÃO
INSTITUCIONAL
2013



RELATÓRIO DE
GESTÃO
INSTITUCIONAL
2013

Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento
à Portaria nº 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005.

(48) 3229.9001 | pgj@mp.sc.gov.br | www.mp.sc.gov.br |
www.youtube.com/ministeriopublicosc

Projeto gráfico e editoração

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229.9011 | midia@mp.sc.gov.br

Impressão

Copiar

Tiragem: 700 exemplares

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CONHECENDO O MPSC	9
1.1 DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS DO MPSC	9
1.2 O QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	10
1.3 QUANDO VOCÊ DEVE PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO?	10
1.4 COMO ATUA O MPSC.....	12
1.5 QUEM FISCALIZA O MPSC	12
1.6 COMO ACOMPANHAR O TRABALHO DO MPSC.....	13
2. AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	15
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - <i>Garantir o acesso aos direitos fundamentais e à sua efetividade</i>	15
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - <i>Promover a proteção dos direitos coletivos dos consumidores</i>	19
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - <i>Promover a defesa da constitucionalidade em face de leis e atos normativos municipais e estaduais</i>	27
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - <i>Qualificar a atuação do Ministério Público no enfrentamento da criminalidade</i>	28
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - <i>romover e defender os direitos e garantias infantojuvenis</i>	32
OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 - <i>Assegurar a defesa e a proteção do meio ambiente urbano e rural e o desenvolvimento sustentável</i>	34
OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 - <i>Combater a corrupção e defender com eficiência o patrimônio público e a moralidade administrativa</i>	37
OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 - <i>Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal</i>	39
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 - <i>Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias</i>	42
OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - <i>Aumentar a credibilidade do Ministério Público</i>	43
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - <i>Aumentar a efetividade e a proatividade do Ministério Público de Santa Catarina</i>	45
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - <i>Melhorar as relações com os Stakeholders</i>	47
OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - <i>Aprimorar a avaliação de resultados</i>	49
OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 - <i>Consolidar Teses Institucionais</i>	50
OBJETIVO ESTRATÉGICO 15 - <i>Otimizar e potencializar a atuação das Promotorias de Justiça</i>	51
OBJETIVO ESTRATÉGICO 16 - <i>Tornar os processos de gestão mais efetivos</i>	54
OBJETIVO ESTRATÉGICO 17 - <i>Melhorar a estrutura física e a segurança do Ministério Público de Santa Catarina</i>	56
OBJETIVO ESTRATÉGICO 18 - <i>Melhorar o desempenho dos sistemas de informação</i>	58

OBJETIVO ESTRATÉGICO 19 - Ter pessoal qualificado e em número suficiente às necessidades reais do Ministério Público de Santa Catarina.....	60
OBJETIVO ESTRATÉGICO 20 - Assegurar recursos orçamentários e otimizar sua alocação	62
3. DADOS ESTATÍSTICOS	65
3.1 ADMINISTRATIVO.....	65
3.1.1 Evolução do Quadro de Pessoal.....	65
3.1.2 Evolução da Despesa Com Pessoal (LRF)	66
3.1.3 Orçado x Realizado 2013	66
3.1.4 Valores dos investimentos por Unidade Orçamentária	67
3.1.5 Valores pagos e o incremento na Folha de Pessoal	68
3.1.6 Imóveis do MPSC.....	68
3.1.7 Investimentos em Equipamentos de Informática e Mobilidade.....	70
3.1.8 Frota Oficial	70
3.1.9 Evolução do Patrimônio Móvel	71
3.2 JUDICIAL	71
3.2.1 Das Atividades do Segundo Grau.....	71
3.2.2 Atribuição Originária do Procurador-Geral de Justiça	71
3.2.3 Procuradorias de Justiça	72
3.2.3.1 Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal.....	73
3.2.3.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Cível	75
3.2.4 Coordenadoria de Recursos	77
3.2.5 Conselho Superior do Ministério Público.....	81
3.2.6 Ouvidoria do Ministério Público.....	82
3.2.7 Das Atividades do Ministério Público de Primeiro Grau	86
3.2.7.1 Promotorias de Justiça, Titulares e Atribuições	86
3.2.7.3 Atividades das Promotorias de Justiça na Área Cível	102
3.2.7.4 Atividades das Promotorias de Justiça na Área da Infância e Juventude	110
4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	121
4.1 – PROCURADORES DE JUSTIÇA.....	121
4.2 – PROMOTORES DE JUSTIÇA.....	122
4.3 – ÁREA DE APOIO	127

APRESENTAÇÃO

As ações preconizadas pelo Planejamento Estratégico 2012 – 2022 do Ministério Público de Santa Catarina estão presentes neste Relatório de Gestão Institucional 2013, que aborda, de forma detalhada, as principais iniciativas desenvolvidas no curso do trabalho institucional e na busca de resultados úteis para a sociedade, muitos dos quais ultrapassam até mesmo as barreiras organizacionais e geográficas do Estado de Santa Catarina.

No Mapa Estratégico da organização, está contemplada não apenas a Visão, mas todo o esforço gerencial e operacional voltado para a geração de benefícios no cenário social onde atua a Instituição — uma espécie de olhar solidário que transcende o âmbito corporativo, com o propósito maior de aproximá-la do cidadão catarinense.

A estrutura do processo de planejamento estratégico abrange 20 objetivos e, destes, oito estão alinhados de forma tematizada, demonstrando o impacto direto das ações do Ministério Público na sociedade. Para isso, uma nova abordagem colaborativa foi construída, absorvendo todas as contribuições e os valores incorporados aos processos, o que permitiu o fortalecimento de parcerias estratégicas, com aproximação de colaboradores internos e externos, e resultou numa rede sinérgica geradora de resultados positivos para toda a sociedade.

Neste documento, está estruturado também um novo modelo de apresentação de dados e informações. Ao mesmo tempo em que se presta contas do que foi realizado, traduzindo em números a dimensão da tarefa realizada, agrega-se um complemento de informação qualitativa, que permite aferir os resultados efetivos das ações realizadas, nos diversos cenários em que foram implementadas.

É importante registrar que, embora a atuação tradicional da Instituição se concentre na esfera judicial, novos e importantes caminhos estão sendo trilhados na atuação extrajudicial e na atuação preventiva, contribuindo para inibir as práticas delituosas ainda no nascedouro e estimulando o implemento de políticas públicas legalmente exigidas à melhoria da qualidade de vida da sociedade catarinense.

Num mundo dominado por mudanças, tem-se a convicção de que a escolha de um processo estruturante da organização focado na simplicidade da apresentação e na leitura dos dados relacionados ao trabalho desenvolvido permitirá a construção de cenários dinâmicos, dentro dos quais as ações inovadoras de gestão tenderão a fazer a diferença, para a edificação de um mundo melhor.

Lio Marcos Marin
Procurador-Geral de Justiça



1. CONHECENDO O MPSC



1.1 Definições Estratégicas do MPSC

MISSÃO



Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando a fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

VISÃO



Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da Justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

VALORES



Ética, Efetividade, Independência, Justiça e Transparência.

1.2 O que é o Ministério Público

O Ministério Público é o guardião dos direitos da sociedade e atua nas causas de interesse coletivo. Defende o interesse público, não o interesse privado. É uma instituição independente, que não pertence ao Poder Judiciário nem aos Poderes Executivo, Legislativo ou ao Tribunal de Contas.

O Ministério Público atua no amparo aos direitos que dizem respeito a todos, como a proteção do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio público. São os chamados direitos difusos e coletivos. Também age, coletivamente, na proteção dos direitos daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, os idosos e o adulto incapaz. Cabe ao Ministério Público, ainda, o papel de zelar pelos direitos dos quais a pessoa não pode abrir mão, como a vida, a liberdade e a saúde – chamados direitos individuais indisponíveis. Ele defende a democracia, zela pelo respeito às leis eleitorais e exerce o controle da constitucionalidade das leis, procurando eliminar aquelas que contrariem a Constituição do Brasil ou a Constituição do Estado.

1.3 Quando você deve procurar o Ministério Público?

O Ministério Público atua em várias e importantes áreas de interesse da sociedade. Veja alguns exemplos.

Saúde: quando a assistência à saúde, incluindo o atendimento médico, deixa de ser prestada regularmente pelo Poder Público.

Educação: quando for negado ou deixar de ser oferecido o acesso ao ensino público fundamental.

Consumidor: quando este for prejudicado por: má qualidade ou nocividade de bens e serviços oferecidos (inclusive serviços públicos); publicidade enganosa; abusividade de preços, incluindo os decorrentes da formação de cartéis; utilização de meios humilhantes ou abusivos para a cobrança de dívidas, além de outras situações.

Meio ambiente: quando for identificado qualquer dano ou séria ameaça de dano ao meio ambiente, compreendendo os patrimônios histórico, cultural, paisagístico e estético e a ordem urbanística.

Direitos humanos: para defender os direitos de pessoas consideradas incapazes, de idosos e de deficientes físicos.

Infância e juventude: nas situações em que houver maus-tratos físicos ou morais; quando houver abandono material (falta de alimentação, habitação e saúde), abandono intelectual (negação do direito à



educação, à cultura e ao lazer) ou abandono cívico (negação do registro civil e da cidadania). O MPSC está presente, ainda, nos processos de separação e divórcio, guarda e adoção, inventários e divisões de bens que envolvam crianças e adolescentes e nos procedimentos relativos a infrações cometidas por pessoas com menos de 18 anos de idade.

Moralidade administrativa: quando houver conhecimento da prática de fraudes e irregularidades graves na administração de qualquer órgão público, como contratações irregulares, nepotismo, promoção pessoal, desvio ou apropriação de recursos ou serviços públicos, licitações ou concursos públicos fraudulentos.

Controle da constitucionalidade: quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição Federal e a Constituição do Estado.

Ordem tributária: quando houver evidência de sonegação de quaisquer tributos, fraude na arrecadação, pirataria, falsificação de produtos ou cobrança irregular de impostos e taxas.

Processo eleitoral: quando ocorrer registro irregular de candidaturas a cargos eletivos, propaganda eleitoral irregular, abuso de poder econômico e político ou promoção pessoal, inclusive por intermédio dos meios de comunicação, durante o período eleitoral.

Terceiro setor: quando houver fraude no registro, desvio de finalidade ou de recursos por parte de fundações ou entidades de interesse público e social.

Criminal: é responsável pela iniciativa da ação penal para punir os autores dos crimes, desde os mais simples até os mais graves, como assassinato, estupro, roubo, latrocínio, sequestro, tráfico de drogas, estelionato e corrupção. O MPSC também pode investigar diretamente crimes de maior complexidade e repercussão social, especialmente quando há envolvimento de organizações criminosas. Nos delitos de menor gravidade, pode propor acordo com o infrator, por meio de aplicação de penalidade alternativa à pena de prisão. Tem, ainda, a função de exercer o controle da atividade policial.



1.4 Como atua o MPSC

A atuação do Ministério Público é feita pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça. Os primeiros atuam nas comarcas, junto aos Juizes de Direito, em contato mais próximo e direto com a população. Os Procuradores de Justiça atuam perante o Tribunal de Justiça. Opinam em processos propostos inicialmente pelo Promotor de Justiça quando a decisão do Juiz é questionada pelo acusado ou, ainda, quando o Ministério Público não concorda com uma decisão do Tribunal de Justiça e recorre ao próprio Tribunal de Justiça ou aos tribunais superiores: Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

O Promotor de Justiça pode atuar de forma extrajudicial ou judicial. Na modalidade extrajudicial, busca a solução dos problemas usando de outros meios que não a ação judicial, como, por exemplo, promovendo o diálogo e a conciliação entre partes, realizando audiências públicas, expedindo recomendações ou celebrando ajustamentos de conduta. Na forma judicial, ele leva o caso ao Juiz, solicitando que sejam determinadas as medidas necessárias.

Os dois principais instrumentos utilizados pelo Promotor de Justiça, quando age judicialmente, são a Ação Civil Pública e a Ação Penal Pública. A primeira serve para, por exemplo, obrigar o poluidor a reparar o dano causado ao meio ambiente ou o fabricante a retirar do mercado um produto nocivo à saúde. Também é empregada para fazer com que um município garanta creche às crianças ou conserte uma escola que esteja oferecendo risco à segurança dos alunos. Ou, ainda, para obrigar o administrador desonesto a devolver dinheiro que tenha desviado dos cofres públicos. A Ação Penal Pública serve para pu-

nir os criminosos, como, por exemplo, os homicidas, traficantes, ladrões, estupradores, estelionatários, corruptos, entre outros.

1.5 Quem fiscaliza o MPSC

Internamente, a Instituição possui três órgãos de fiscalização:

- a Corregedoria-Geral do Ministério Público, que é responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Procuradores e Promotores de Justiça;
- o Conselho Superior do Ministério Público, que avalia a decisão do Promotor de Justiça quando resolve arquivar ou não dar continuidade a uma investigação feita através de inquéritos civis, procedimentos preparatórios ou peças de informação; e
- o Colégio de Procuradores de Justiça, que fiscaliza os atos administrativos e jurídicos do Procurador-Geral de Justiça, nos limites definidos na Lei Orgânica do Ministério Público.

Externamente, o Ministério Público de Santa Catarina é fiscalizado de duas formas:

- pelo Tribunal de Contas do Estado, que faz a análise e fiscalização da prestação de contas do Ministério Público e examina as suas despesas, incluindo as de pessoal;
- pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que faz o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e avalia o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros.

1.6 Como acompanhar o trabalho do MPSC

São várias as alternativas para acompanhar o trabalho desenvolvido pelo MPSC:

a) Portal do Ministério Público de Santa Catarina

Por intermédio dele, o cidadão poderá ter acesso a diversas informações, permanentemente atualizadas. Constam ali, por exemplo, as indicações para contato com todas as Promotorias de Justiça de Santa Catarina, por meio de telefones, endereços e área de atuação de cada uma delas.

O cidadão ainda dispõe, no Portal, da seção “Ouvidoria” para o encaminhamento de críticas, sugestões ou denúncias.

No Portal, constam, também, notícias sobre fatos relevantes relacionados ao Ministério Público, campanhas desenvolvidas pela instituição e links de acesso aos blogs das Promotorias de Justiça e dos seus Centros de Apoio e aos vídeos institucionais.

As publicações oficiais estão disponíveis no Diário Oficial Eletrônico do MPSC. As informações sobre os atos administrativos e outros documentos gerados pelo Ministério Público podem ser consultadas na área identificada como “Portal da Transparência”.

b) Relatório de Gestão Institucional (RGI)

Este documento, publicado anualmente no site do Ministério Público de Santa Catarina, detalha as principais ações e os resultados do trabalho desenvolvido pela Instituição no ano anterior.

c) Plano Geral de Atuação (PGA)

É publicado no site do Ministério Público de Santa Catarina no início de cada ano e informa as ações programadas e as metas previstas, de acordo com o Planejamento Estratégico do MPSC.

d) Canal YouTube

O MPSC também está presente no YouTube. Em seu canal, podem ser assistidos os vídeos produzidos pela instituição, com conteúdo educativo e informações sobre sua atuação.

e) Twitter

Esse canal traz, diariamente, conteúdo educativo e informação sobre as ações e notícias do Ministério Público de Santa Catarina.





2. AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Como processo de gestão, o planejamento estratégico orienta a organização a olhar o futuro e a se articular com o ambiente externo. Sua ênfase vai além das tarefas de gerenciamento de rotina, à medida que cria, de forma sistêmica e participativa, um conjunto de objetivos e iniciativas estratégicas de curto e longo prazo, a serem alcançadas pela organização.

O Planejamento Estratégico realizado no Ministério Público de Santa Catarina foi desenhado para um período de 10 anos. O ano de 2013 é o primeiro ano de execução e apresenta resultados animadores para a Instituição e sociedade, como poderá ser observado no detalhamento a seguir.

Objetivo Estratégico 1



Garantir o acesso aos direitos fundamentais e à sua efetividade

Objetivo: Assegurar o efetivo respeito dos Poderes Públicos aos serviços de relevância pública e aos direitos fundamentais inerentes ao exercício da soberania plena, promovendo medidas necessárias à sua garantia.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor e Promotores de Justiça.

1

1 Programa Acessibilidade Total

Objetivo

Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; e promover a educação inclusiva.

Dados estatísticos da Secretaria de Estado da Educação estimam que, em 2012, havia em Santa Catarina: a) 1.266 unidades de ensino estaduais; b) 3.993 unidades de ensino municipais; c) 1.484 unidades de ensino privadas; e) 1.509.799 crianças e adolescentes matriculadas nesses estabelecimentos.

Ações desenvolvidas

Foram promovidos pelo Ministério Público:

- a) 148 Inquéritos Cíveis Públicos;
- b) 9 Procedimentos Preparatórios;
- c) 7 Recomendações;
- d) 170 Termos de Ajustamento de Conduta; e
- e) 14 Ações Cíveis Públicas.

Resultados

A atuação institucional resultou no compromisso formal, colhido mediante termo de ajuste de conduta, de 216 escolas se adequarem às normas de acessibilidade, das quais:

- a) 133 são escolas públicas municipais;
- b) 11 escolas são públicas estaduais; e
- c) 72 são escolas privadas.

Objetivo

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas com vistas à prevenção do uso de drogas, à conscientização, ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes.

Os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2005, contidos no 2º Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas no Brasil, constatou que, na região Sul, excetuados o álcool e tabaco, 14,8% da população pesquisada fazia uso de algum tipo de droga. Por outro lado, o levantamento realizado em 2012 constatou a existência de 142 comunidades terapêuticas em funcionamento no Estado de Santa Catarina.

A partir das informações levantadas, foram priorizados pela Instituição a fiscalização das Comunidades Terapêuticas e o incentivo à criação e atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas.

Ações desenvolvidas

Merecem destaque:

- a) a realização de levantamento de informação dos municípios que possuem Conselhos Municipais Antidrogas, com a coleta de informações acerca de seu efetivo funcionamento;
- b) a fiscalização, acompanhada de vistoria técnica das condições sanitárias e de segurança de 57 comunidades terapêuticas que promovem o tratamento de transtornos decorrentes do uso de droga, nas quais se achavam acolhidas 721 pessoas.

A partir das informações colhidas nessas ações, o Ministério Público promoveu:

- a) 6 Procedimentos Preparatórios;
- b) 15 Inquéritos Cíveis Públicos; e
- c) 1 Termo de Ajustamento de Conduta.

Resultados

Relativamente aos Conselhos Municipais Antidrogas, 226 municípios responderam à pesquisa promovida pelo Ministério Público. Destes, 111 possuem Conselhos Municipais Antidrogas criados — mas apenas 35 estão ativos.

Na fiscalização e vistoria das 57 comunidades terapêuticas, identificou-se que 33 delas recebem apenas pessoas do sexo masculino e 6, apenas do sexo feminino. Apurou-se, ainda, que 80% atendem ao público adulto; 19%, ao público adolescente; e apenas 1%, ao público infantil. Outros dados importantes foram extraídos do trabalho realizado:

- a) 85% do público atendido é do sexo masculino e 15% do feminino;
- b) 90% do público atendido é dependente de álcool e drogas;
- c) 60% das comunidades não possuem Alvará Sanitário;
- d) 70% delas não possuem laudo do Corpo de Bombeiro;
- e) 20% não possuem inscrição no Conselho Estadual de Assistência Social;
- f) 95% não possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social;
- g) 10% não possuem responsável técnico pelo serviço;
- h) 80% dos usuários/dependentes ingressam na comunidade de forma voluntária;
- i) 20% dos usuários/dependentes ingressam na comunidade por determinação judicial;
- j) os valores mensais entregues pelos usuários ou seus familiares, a título de pagamento pela prestação do serviço mensal, variam entre R\$ 100,00 a R\$ 1.700,00; e
- k) existem 397 vagas para o público adulto.



3 Programa Melhor Idade

Objetivo

Zelar pela efetivação dos direitos e das garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Ainda, fomentar a implantação de Instituições de Longa Permanência para Idosos, bem como promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve expressivo crescimento da população de idosos no país. Em 1998, o número de idosos representava 8,1% da população catarinense; no censo de 2010, essa porcentagem saltou para 10,51%.

Visando a garantir os direitos dos idosos, o MPSC priorizou a fiscalização das Instituições de Longa Permanência e o incentivo à criação e atuação dos Conselhos Municipais de Idosos.

Ações desenvolvidas

- a) Levantamento e avaliação das Instituições de Longa Permanência para Idosos.
- b) Levantamento dos municípios que possuem Conselhos Municipais de Idosos e coleta de informações acerca de sua efetiva atuação.

Foram promovidos pelo Ministério Público 18 Procedimentos Preparatórios; 28 Inquéritos Cíveis Públicos; e um Termo de Ajustamento de Conduta.

Resultados

Quanto às Instituições de Longa Permanência, levantou-se a existência de 168 delas no Estado. Destas, 124 foram vistoriadas pelo Ministério Público, por agentes da Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros e do Conselho Estadual dos Idosos. Foram encontrados, acolhidos, 2.831 idosos e outros 566 encontravam-se em lista de espera de vagas. Dentre os acolhidos, 60% são do sexo feminino e 40% são do sexo masculino. Quanto ao nível de dependência, 40% são de Grau I, 40% de Grau II e 20% de Grau III.

Dentre as unidades vistoriadas, 39 delas abrigam pessoas com menos de 60 anos de idade, o que representa 7,4% da população albergada (209 pessoas). E mais: 50% das unidades não possuem Alvará Sanitário; 70% não possuem laudo do Corpo de Bombeiros; 5% não contam com responsável técnico pelo serviço oferecido; 90% não estão inscritas no Conselho Municipal do Idoso e nenhuma delas no Conselho Estadual do Idoso. Os valores mensais entregues pelos idosos ou por seus familiares, a título de pagamento pela prestação do serviço mensal, variam entre R\$190,00 e R\$7.000,00.

Quanto aos Conselhos Municipais de Idosos, dos 222 municípios que prestaram informação, apenas 88 deles possuem Conselhos criados e, destes, 83 estão ativos e atuando efetivamente.

Objetivo Estratégico 2



Promover a proteção dos direitos coletivos dos consumidores

Objetivo: Atuar na busca da qualidade dos produtos e serviços fornecidos no mercado de consumo, na garantia do acesso amplo à informação e na proteção da saúde, da segurança e do patrimônio dos consumidores.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional do Consumidor e Promotores de Justiça

1

Programa de Proteção Jurídico Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal (POA)

Objetivo

Proteger a saúde dos consumidores, coibindo a produção e a comercialização de produtos de origem animal que não atendam às normas sanitárias; orientar manipuladores, comerciantes e consumidores para os riscos à saúde no consumo de produtos inadequados e para a necessidade de adequação das estruturas de produção, armazenagem, transporte e comercialização de produtos às exigências legais; e ampliar o número de fornecedores certificados pelos órgãos competentes estaduais e federais.

O POA foi instituído em 1999 pelo MPSC e tem como preocupação:

- a) a proteção à saúde e à vida dos consumidores, mediante a retirada do mercado de alimentos impróprios ao consumo;
- b) o fomento à regularização dos estabelecimentos industriais e comerciais que operam na clandestinidade ou de forma irregular;
- c) o combate à concorrência desleal;
- d) os gastos públicos, por exemplo, com atendimentos ambulatoriais e internações, e a distribuição de medicamentos à população intoxicada por alimentos impróprios;
- e) a criação de uma cultura de produção e consumo de alimentos submetidos ao controle do Estado, ou seja, com controle fitossanitário; e
- f) a contribuição para o incremento da economia municipal – a médio e longo prazo.

Ações desenvolvidas

- a) Fiscalização da comercialização de produtos de origem animal.
- b) Atualização e reformulação da Cartilha sobre o POA.
- c) Foram promovidos pelo Ministério Público: 41 Procedimentos Preparatórios, 63 Inquéritos Civis, 27 Termo de Ajustamento de Conduta e uma Ação Civil Pública.

Resultados

Fiscalização em 126 municípios, o que representa um incremento de 26% em relação à meta estabelecida para 2013 e 35,50% em relação aos resultados de 2012 (93 municípios).

811 estabelecimentos fiscalizados em 2013, representando um incremento de 12,32% em relação a 2012 (722 estabelecimentos).

95.631,08 kg de alimentos impróprios para o consumo apreendidos nos 811 estabelecimentos fiscalizados.

52.900 kg de pescado impróprio para o consumo apreendidos em estabelecimentos clandestinos de Salgas.

Das 123 amostras de pescado congelado coletadas e analisadas, 28% foram reprovadas, com quantidade de água superior à permitida pelas normas regulamentares.

A Cartilha do POA passou a ser utilizada em 5 outros Estados.

Aumento da proteção da vida e saúde dos consumidores de produtos de origem animal.



2 Programa Alô Direito

Objetivo

Melhorar a qualidade do serviço de telefonia; garantir acesso a informações claras e precisas sobre produtos e serviços prestados por operadoras de telefonia; e assegurar a reparação coletiva dos danos suportados pelo consumidor.

Ações desenvolvidas

Diagnóstico (documentação) das principais práticas abusivas cometidas pelas operadoras de telefonia no Estado de Santa Catarina.

Foram instaurados Inquéritos Cíveis Públicos (ICP) pelo Ministério Público para apurar cada uma dessas práticas abusivas.

Resultados

Partindo do diagnóstico e superando a meta de 2013, foram adotadas providências para tutelar o direito

dos consumidores de serviços de telefonia móvel, mediante a instauração dos ICPs relacionados à:

- a.1) cobrança indevida no serviço móvel pessoal;
 - a.2) deficiência do serviço de atendimento ao consumidor; e
 - a.3) deficiência do desempenho de redes de telefonia celular.
- b) Início de providências concretas, de resposta naturalmente demorada, no sentido de melhorar a qualidade do serviço de telefonia móvel no Estado.



3 Programa Alimento sem Risco

Objetivo

Reduzir a quantidade de resíduos agrotóxicos, em alimentos *in natura* ou em fase de industrialização, a patamares tolerados pela legislação; eliminar a presença de resíduos de agrotóxicos em desacordo com as culturas próprias; evitar a incidência de resíduos de agrotóxicos, cuja comercialização esteja proibida; conscientizar produtores e consumidores para a produção e consumo de alimentos que não acarretem riscos à saúde e à vida humana.

O programa tem como lastro o Termo de Cooperação Técnica firmado em 2010 com EPAGRI, CIDASC, FATMA, IBAMA, VISA/SC, LACEN, CREA/SC, CIT/SC, Polícia Militar Ambiental, Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Estado da Agricultura.

O programa atende, ainda, às questões relacionadas à educação sobre o uso do agrotóxico na produção; à estrutura laboratorial para a análise de resíduos agrotóxicos; à adoção mais eficaz da rastreabilidade de alimentos; ao controle dos receituários agrônômicos; e à fiscalização da cadeia produtiva, pesquisas científicas e vedação da comercialização, no Estado, de agrotóxicos proibidos no país de origem da produção.

Ações desenvolvidas

- a) Elaboração de projeto para obtenção de recursos do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) para ampliação do monitoramento em 2014, com análise de 400 amostras, que serão somadas às 120 amostras coletadas na CEASA/SC, totalizando 520 amostras no ano.
- b) Fiscalização de alimentos com resíduos indevidos de agrotóxicos em todo o território de SC.
- c) Foram promovidas pelo Ministério Público: 11 Procedimentos Preparatórios, 28 Inquéritos Cíveis e 2 Termos de Ajustamento de Conduta.

Resultados

Em relação ao monitoramento e à fiscalização de hortifrutícolas, verificou-se que o programa:

- a) atingiu a meta estabelecida para 2013 e registrou incremento em 397,50% no monitoramento realizado para aferir a presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos, passando de 120 análises, em 2012, para 477, em 2013;
- b) houve 1.650% de incremento no número de municípios monitorados, saltando de 2, em 2012, para 33;
- c) o monitoramento, antes restrito a Florianópolis e São José, passou a ser realizado em todas as regiões do Estado;
- d) há a possibilidade de diagnóstico em âmbito estadual; e
- e) foram realizadas 93 operações conjuntas de fiscalização com CIDASC, MAPA e FATMA em agropecuárias.



4 Estatuto de Defesa do Torcedor

Com o propósito de evitar riscos à vida, à integridade física e à saúde do torcedor/consumidor em partidas de futebol profissional realizadas no Estado, foi inaugurada a Proposta de Atuação por ocasião da celebração, em 22 de novembro de 2010, do **Termo de Cooperação Técnica n. 054/2010** entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC), a Federação Catarinense de Futebol (FCF), a Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina (ACFP), a Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Vigilância Sanitária (VISA), o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e a Polícia Militar do Estado (PM).

Segurança dos Estádios

No intuito de garantir a segurança nos estádios, são quatro os Laudos Técnicos que o Estatuto de Defesa do Torcedor exige que sejam entregues ao Ministério Público previamente ao início dos campeonatos:

- a) Laudo de Segurança (emitido pela PM);
- b) Laudo de Prevenção e Combate a Incêndio (emitido pelo CBM);
- c) Laudo de Condições Higiênico-Sanitárias (emitido pela VISA/SC); e
- d) Laudo de Vistoria de Engenharia (emitido por profissionais privados contratados pelos clubes e/ou proprietários de estádios).

À luz desses documentos, o MPSC analisa se há alguma situação de risco nas dependências do estádio e, se for o caso, adota providências no sentido de removê-la a fim de garantir a segurança do torcedor/consumidor e evitar situações tais como a ocorrida, no dia 25 de novembro de 2007, no estádio da Fonte Nova, em Salvador, em que o desmoronamento de uma arquibancada deixou 7 vítimas fatais e outras 13 gravemente feridas.

Ações desenvolvidas

Continuidade e aperfeiçoamento da atuação do MPSC em parceria com PM, CBM, VISA, FCF, ACFP e clubes de futebol para o controle das condições sanitárias e de segurança nos estádios desportivos utilizados em competições organizadas pela Federação Catarinense de Futebol.

b) Celebração de mais 6 TACs - de um total de 13 - e o ajuizamento de 3 ACPs, cujo efeito imediato foi a proteção da vida, integridade física e saúde de centenas de milhares de frequentadores de estádios de futebol.

Resultados

Aprimoramento da sistemática de entrega e controle dos Laudos Técnicos, mediante a assinatura de TAC pioneiro em âmbito nacional, ocorrida em 17 de dezembro de 2013, entre MPSC, FCF e ACFP.

Idealização, desenvolvimento e incorporação na referida sistemática de uma Planilha de Controle das Condições de Estádio (em parceria com o CIP), também pioneira em âmbito nacional, que tem por finalidade facilitar demasiadamente a visualização de eventuais situações de risco nos estádios e possibilitar a adoção de resposta rápida com foco na proteção dos torcedores/consumidores.

c) Aumento da proteção da vida, integridade física e saúde dos torcedores/consumidores.

Segurança nos Estádios

Outro aspecto que mereceu a atenção do MPSC foi a prevenção da violência no interior dos estádios, sobretudo a que envolve torcidas organizadas. Em 2008, foi firmado um TAC entre MPSC, PM, FCF, ACFP e clubes profissionais, determinando, entre outras obrigações, o cadastramento de torcidas organizadas e de seus integrantes, além de prever punições por envolvimento em conflitos. Esse documento, aliás, antecipou-se à modificação do Estatuto de Defesa do Torcedor, ocorrida em 2010, que trouxe estipulações similares.

Ações desenvolvidas

- a) Prevenção da violência no interior dos estádios de futebol.
- b) Atuação rápida e eficaz no ajuizamento de ações penais contra 28 integrantes das Torcidas Organizadas do Vasco (Força Jovem) e Atlético Paranaense (Os Fanáticos), envolvidas na briga generalizada na partida realizada em 8 de dezembro de 2013.

Resultados:

- a) Início dos trabalhos para a atualização do TAC celebrado em 2008, com reuniões envolvendo a Polícia Militar, Polícia Civil, Federação Catarinense de Futebol, Associação de Clubes Profissional de Futebol e representantes de Torcidas Organizadas vinculadas a clubes de Florianópolis.
- b) Em conjunto com a PM e FCF, aplicação de sanção às Torcidas Organizadas do Avaí (Mancha Azul), Figueirense (Gaviões Alvinegros) e Joinville (União Tricolor), impedindo-as de adentrarem nos estádios por cinco meses para as duas primeiras e três meses para a última - pelo histórico -, a partir de 16 de setembro de 2013, portando vestuários, bandeiras e faixas com referência aos símbolos que a identificavam.



5) Programa Combustível Legal

A qualidade do combustível e a conformidade das vendas são conquistas já materializadas, fruto de eficiente atuação no Estado, em relação a qual esse programa ocupa lugar de destaque, contribuindo para colocar e manter Santa Catarina como um dos Estados com o menor índice de irregularidade no combustível (aproximadamente 1% de reprovabilidade em 2013), segundo dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo.

Ações desenvolvidas

Continuidade, em atuação conjunta com os parceiros do Programa, como Agência Nacional do Petróleo (ANP), Procon, IMETRO e sociedade civil organizada - representada pelo Comitê Sul Brasileiro da Qualidade de Combustíveis -, das fiscalizações de combustíveis líquidos (gasolina, óleo diesel e álcool) no Estado, que somaram 360 coletas e análises anuais de amostras de combustível (30 amostras/mês).

Resultados

Manutenção de Santa Catarina como um dos Estados que apresenta menor índice de reprovabilidade de combustível (adulteração) no País.



6) Segurança Contra Incêndio - Edificações Transitórias

Em 2001, o Ministério Público do Estado (MPSC) e o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) firmaram um Termo de Cooperação Técnica (n. 02/2001) para combater irregularidades constatadas e estabelecer uma rotina de fiscalização, objetivando a prevenção contra incêndios em estabelecimentos. Nessa mesma direção, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica n. 43/2013, em 29 de outubro de 2013, para o intercâmbio de informações e cooperação das partes (MPSC e Secretaria de Estado da Segurança Pública, por intermédio do CBM), como fiscalização focada em edificações residenciais transitórias, tais como hotéis, motéis e outras edificações destinadas a abrigar pessoas em caráter temporário e transitório.

Os trabalhos referentes a essa nova linha de atuação - que contempla o segundo maior segmento de risco de incêndio, precedida apenas por estabelecimentos comerciais como casa noturnas, bares e restaurantes -, começaram a ser realizados ainda em 2013, com fiscalizações pelo CBM e ajuizamento de Ação Civil Pública pelo MPSC.

Ações desenvolvidas

- a) Aprimoramento da parceria com o CBM, que remonta ao ano de 2001, mediante a celebração de Termo de Cooperação Técnica n. 43/2013, firmado em 29 de outubro de 2013, para aferir as condições de segurança contra incêndio, atualmente com foco nas edificações transitórias.
- b) Foram instaurados 3 Procedimentos Preparatórios e 7 Inquéritos Cíveis, firmado um Termo de Ajustamento de Conduta e ajuizada uma Ação Civil Pública.

Resultados:

Início das operações pelo Corpo de Bombeiros Militar e aprimoramento da sistemática de atuação – cujos resultados não são imediatos, até porque o Termo de Cooperação Técnica é do final do ano – para aumentar a proteção à vida e à saúde dos consumidores que se utilizam de edificações transitórias.

Objetivo Estratégico 3



Promover a defesa da constitucionalidade em face de leis e atos normativos municipais e estaduais

Objetivo: Fazer cumprir a missão constitucional conferida ao Ministério Público de defesa da ordem jurídica, por meio da atuação preventiva e repressiva na área de controle da constitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais, bem como da adoção das medidas necessárias à efetivação das decisões judiciais resultantes dessa atuação.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional de Controle da Constitucionalidade.

Programas estruturados e ações realizadas em 2013



1 Programa Garantia de Efetividade das Decisões em Ações Diretas de Inconstitucionalidade

Objetivo

Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de iniciativa do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, promovendo as medidas necessárias à garantia de tal efetividade.

Ações desenvolvidas

Instauração de 36 procedimentos para garantir a efetividade de decisões em ADIs propostas pelo MPSC com trânsito em julgado.

Objetivo Estratégico 4



Qualificar a atuação do Ministério Público no enfrentamento da criminalidade

Objetivo: Otimizar os instrumentos de investigação e coleta de provas, buscando maior efetividade nos resultados processuais e estruturando mecanismos de controle da atuação policial e de fiscalização da execução penal.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional Criminal e Promotores de Justiça.

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa Controle da Execução Penal

Objetivo

Detectar situações de risco no sistema e nos procedimentos de execução penal, garantindo a efetiva execução das penas e a ressocialização dos apenados, e combater atividades ilícitas de organizações criminosas nas unidades prisionais, assim como a corrupção de agentes públicos vinculados ao sistema carcerário.

Destacam-se, na consecução desse objetivo, a expansão e o aperfeiçoamento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), criadas pelo Decreto Estadual n. 1.012, de 5 de junho de 2012, e inseridas na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça (SJC). São órgãos que apoiam e monitoram a execução de penas e medidas alternativas aplicadas pelo Poder Judiciário. Hoje, além de Florianópolis e São José, cujas centrais foram instaladas ainda em 2010, funcionam CPMAs em Joinville, Blumenau, Criciúma, Itajaí e Chapecó.

Ações desenvolvidas (em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça)

- a) Oferecimento de suporte operacional e jurídico às Centrais de Penas e Medidas Alternativas.
- b) Ampliação das parcerias das CPMAs com entidades públicas e privadas.

- c) Informatização das CMPAs.
- d) Identificação do perfil dos apenados.
- e) Criação, no âmbito do MPSC, do Grupo Estadual da Execução Penal.
- f) Integração do MPSC com o serviço de inteligência da Secretaria de Estado da Justiça.
- g) Participação efetiva na articulação das ações voltadas ao enfrentamento de duas ondas de atentados em Santa Catarina: a primeira ocorrida entre 12 e 18 de novembro de 2012 e, a segunda, entre 30 de janeiro e 3 de março de 2013.

Resultados

- a) Doação de móveis e computadores para estruturar as CMPAs.
- b) Doação de seis veículos para melhorar a fiscalização realizada pelas Centrais.
- c) Contribuição para o aumento no número de parcerias entre CMPAs e entidades públicas e privadas, as quais se restringiam a 242, em outubro/2012, e evoluíram para 1.065, em dezembro/2013.
- d) Encaminhamento de 172 apenados, beneficiários do sistema, para a realização e conclusão de cursos profissionalizantes em 65 instituições conveniadas.
- e) Informatização e criação do banco de dados das CMPAs, substituindo o antigo controle manual por fichários.
- f) Elevação para 83%, dentro do sistema das CMPAs, do índice de cumprimento das sanções impostas judicialmente aos apenados.
- g) Acolhimento, pelas CMPAs, de 2.827 novos apenados, a um custo médio mensal de R\$ 72,83 para cada apenado, quase 30 vezes menor do que o custo médio mensal de um preso comum.
- h) Conquista inédita de índice de reincidência de apenas 1,8% entre os apenados assistidos pelas CMPAs, com reflexos positivos no processo de ressocialização e humanização do sistema penal catarinense.
- i) Criação e implementação do Grupo Estadual da Execução Penal, com substancial avanço no processo de vistorias, atendimento e vigilância das Promotorias de Justiça às unidades prisionais, com destaque para as de Curitiba e São Pedro de Alcântara.
- j) Detecção e desarticulação, pelo serviço de inteligência integrado do MPSC e da SJC, de ações criminosas engendradas por grupos organizados operantes no interior dos presídios catarinenses).
- k) Desarticulação, em concurso com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) e Secretaria de

Estado da Justiça e Cidadania (SJC), da maior organização criminosa já existente em Santa Catarina — o Primeiro Comando da Capital (PCC) —, mediante o ajuizamento de denúncia criminal contra 98 de seus integrantes e subsequente pedido de condenação de 83 deles.

2

2. Programa de Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídios

Objetivo

Dar maior efetividade na apuração de homicídios dolosos, ante a constatação da existência, no Estado, de 486 inquéritos policiais não concluídos, envolvendo crimes desse tipo, praticados antes de dezembro de 2009.

Ações desenvolvidas

Acompanhamento, em articulação com a Polícia Civil, das ações voltadas à solução e conclusão dos 486 inquéritos policiais que se encontravam pendentes, envolvendo homicídios dolosos ocorridos antes de dezembro de 2009.

Resultados

a) Em dezembro de 2013, dos 235 inquéritos instaurados até 31 de dezembro de 2007 e não finalizados, 215 haviam sido concluídos, atingindo-se 91,5% da Meta 2, preconizada pelo CNMP/CNJ. Dos inquéritos concluídos, 43 resultaram em denúncia por homicídio doloso, 11 em denúncia por outro crime e 161 foram arquivados.

b) Quanto aos 115 inquéritos instaurados de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008 não finalizados, 92 deles foram concluídos, atingindo o percentual de 80% da Meta 2 do CNMP/CNJ. E, destes, 17 resultaram em denúncia por homicídio doloso, quatro em denúncia por outro crime e 71 foram arquivados.

c) Em agosto de 2013, mais 136 inquéritos, instaurados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram incluídos no programa de monitoramento, alcançando-se 55 (40,4% da Meta 2 do CNMP/CNJ), que resultaram em 13 denúncias por homicídio doloso, cinco denúncias por outro delito e 37 arquivamentos.

Em síntese, dos 362 Inquéritos Policiais finalizados, 19,3% resultaram em denúncias, percentual bem superior à média nacional, já que o índice de elucidação dos crimes de homicídio doloso no Brasil situa-se entre 5% e 8% — considerado baixíssimo, em contraste com países mais evoluídos (o índice é de 65% nos Estados Unidos, 80% na França e 90% no Reino Unido).

O objetivo é concluir, até o final de 2014, todos os 486 inquéritos policiais pendentes em Santa Catarina relacionados a crime de homicídio doloso. Além disso, no ano de 2013, o MPSC ofereceu 1.032 denúncias por crime de homicídio, resultando em processos criminais que serão julgados pelo Tribunal do Júri. O número supera o registrado em 2012 (1.019 denúncias).



3 Programa de Reestruturação do Controle Externo

Objetivo

Visa a permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial, buscando uma aproximação entre o Ministério Público e a Polícia, para, em conjunto, aperfeiçoarem os procedimentos de investigação, tornando-os mais céleres e eficientes. Busca, também, prevenir, orientar e fiscalizar as práticas policiais, com adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais que importem a correção de eventuais irregularidades e a prestação de um melhor serviço à população.

Ações desenvolvidas

- a) Desenvolvimento de estudos para apurar a necessidade de criação de Promotorias de Justiça especializadas em segurança pública e no controle externo da atividade policial.
- b) Elaboração de estudo para a criação do Núcleo do Controle Externo da Atividade Policial.
- c) Elaboração de documento de conteúdo técnico-operacional, denominado “Roteiro Básico de Visita Técnica a Unidade Policial”, com posterior encaminhamento a todas as Promotorias de Justiça Criminal do Estado, com a finalidade de facilitar e tornar mais efetiva a atividade atinente ao controle externo da atividade policial.
- d) Realização pelas Promotorias de Justiça de 308 atos de controle externo da atividade policial, seguidos de ações e propostas voltadas ao aumento da eficiência e qualidade dos serviços prestados à população pela Polícia.

Resultados

- a) Expansão do processo de integração entre o Ministério e a Polícia, que resulta na possibilidade real de realização de ações conjuntas e harmônicas entre as duas instituições, na melhoria dos serviços policiais, na maior proteção aos direitos humanos e elevação dos níveis de segurança das pessoas no Estado.

b) Numericamente, os atos de controle da atividade policial tiveram um incremento da ordem de 7% em relação ao ano de 2012. Mas os resultados mais expressivos traduzem-se no aprofundamento da solidariedade institucional, com reflexos altamente positivos tanto na ação investigatória e repressiva da Polícia quanto na persecução criminal patrocinada pelo Ministério Público perante o Judiciário.

c) Essa conjugação de esforços importa, em síntese, maior segurança para a população.

Objetivo Estratégico 5



Promover e defender os direitos e garantias infantojuvenis

Objetivo: Assegurar a crianças e adolescentes catarinenses o efetivo respeito pelo Poder Público e pela sociedade em geral aos direitos e garantias que lhes são assegurados, primordialmente nas áreas da assistência social, educação, saúde e segurança.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e Promotores de Justiça.

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa APOIA

Objetivo

Reduzir a evasão e a infrequência escolar; instar o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil para prevenir e combater o abandono e a reprovação escolar, bem como promover a educação de qualidade e o sucesso escolar.

Ações desenvolvidas

- a) Mapeamento dos processos do Programa APOIA.
- b) Desenvolvimento do sistema informatizado do novo programa APOIA online.

c) Promoção pelas Promotorias de Justiça de 728 intervenções extrajudiciais para garantir o retorno de alunos infrequentes ou egressos do sistema de ensino às salas de aula.

Resultados

Retorno de 1.142 alunos à sala de aula.

2

2. Programa de Atendimento à Saúde Mental

Objetivo

Incentivar o aperfeiçoamento da estrutura do SUS e do atendimento em saúde mental infantojuvenil, nas categorias de baixa, média e alta complexidades em todo o Estado de Santa Catarina.

Ações desenvolvidas

Realização de diagnóstico da rede de atenção pública à saúde mental infantojuvenil no Estado de Santa Catarina.

Resultados

- a) Identificação de deficiências na rede de atenção pública à saúde mental infantojuvenil em 40% dos municípios catarinenses.
- b) Realização de estudos e diligências nas autoridades de saúde em todas as instâncias federativas (União, Estado e Municípios), com vistas à manutenção regular, ao aperfeiçoamento das redes de atendimento nos municípios que já dispõem do serviço e à superação das deficiências naquelas que não o possuem ou o mantenham em condições irregulares ou deficitárias.

3

3. Programa de Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

Objetivo

Estruturar o sistema socioeducativo catarinense de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Ações desenvolvidas

Realização de diagnóstico dos programas socioeducativos em meio aberto nos municípios catarinenses.

Resultados

- a) Conclusão do diagnóstico dos programas socioeducativos em meio aberto no Estado. Identificou-se que apenas 32,50% dos municípios possuem programas socioeducativos em meio aberto.
- b) Realização de estudos e gestões nas esferas dos governos municipais e estadual, com vistas à melhoria do cenário existente.

Objetivo Estratégico 6



Assegurar a defesa e a proteção do meio ambiente urbano e rural e o desenvolvimento sustentável

Objetivo: Promover as medidas necessárias para garantir às presentes e futuras gerações o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento sustentável.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Promotores de Justiça

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa Defesa da Flora e da Fauna

Objetivo

Fomentar a implantação de políticas públicas de proteção à flora e à fauna, a partir dos marcos regulatórios estabelecidos pela Constituição Federal e pelas leis e normas federais e estaduais correlatas; e desenvolver ações específicas para a proteção das unidades de conservação existentes no Estado, dando ênfase:

- a) à regularização dos aspectos fundiários, incluindo a delimitação, discriminação e indenização;
- b) à gestão eficiente das unidades de conservação, com destaque para o planejamento, a organização, a direção e a fiscalização;
- c) à tutela das populações tradicionais;
- d) à elaboração de planos de manejo e implantação de conselhos consultivos; e
- e) à análise da categorização das unidades de conservação, com vistas a eventuais revisões.

Ações desenvolvidas

Realização de diagnóstico para identificar as unidades de conservação existentes no Estado para posterior estímulo à criação de novas unidades de conservação, à manutenção e gestão eficaz das então existentes.

O diagnóstico atingiu 56% das unidades de conservação existentes no Estado. Ficaram programadas para 2014 ações destinadas à conclusão do documento ao implemento de medidas voltadas à proteção integral do patrimônio ambiental por elas representado.



2 Programa Lixo Nosso de Cada Dia

Objetivo

Contribuir para a recuperação de áreas degradadas por deposição irregular de lixo; e estimular as Promotorias de Justiça do Meio Ambiente a pugnar pelo implemento de políticas públicas destinadas a garantir destinação final ambientalmente adequada para os resíduos sólidos.

Ações desenvolvidas

- a) Realização de três diagnósticos distintos, destinados a identificar:
 - a.1) o número de municípios catarinenses com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aprovado por lei;
 - a.2) o número de municípios que contam com aterros sanitários em condições sustentáveis e;
 - a.3) o número de municípios que dispõem de serviço de coleta seletiva de lixo.
- b) A partir desses diagnósticos, foram celebrados dezenas de termos de ajustamento de conduta com as Prefeituras, estabelecendo prazo para apresentação de projeto para recuperação de áreas degrada-

das por lixões irregulares e destinação adequada de resíduos sólidos, mediante a instalação de aterros sanitários, devidamente licenciados pela Fatma, e aplicação de indicadores aptos a aferir-lhes a regularidade operacional.

c) Inúmeras ações também foram desenvolvidas nas Prefeituras, com vistas à implantação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Resultados

A partir dos diagnósticos realizados, conclui-se que apenas 12% dos municípios catarinenses possuem um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos legalmente aprovados; 81% contam com aterros sanitários em condições sustentáveis; e 39% contam com coleta seletiva de lixo.

O programa de trabalho para 2014 é diligenciar no sentido de que a totalidade dos municípios catarinenses estejam em condições de dar destinação final adequada aos resíduos sólidos domiciliares, procedendo-se a avaliações periódicas das condições de operação dos aterros sanitários e enfatizando a necessidade de elaboração e aprovação, por lei municipal específica, dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.



3 Programa Saneamento Básico

Objetivo

Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Ações desenvolvidas

- a) Realização de diagnóstico destinado a identificar o número de municípios catarinenses que contam com Plano de Saneamento Básico aprovado em lei.
- b) A partir desse diagnóstico, sucederam-se:
 - b.1) a celebração de 102 Termos de Ajustamento de Conduta;
 - b.2) o ajuizamento de 33 Ações Cíveis Públicas;
 - b.3) a celebração de quatro acordos em Ação Cível Pública;
 - b.4) a instauração de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório em 128 municípios.

Resultados

a) Concluiu-se, a partir do diagnóstico realizado, que apenas 45% dos municípios catarinenses possuem Plano de Saneamento Básico aprovado por lei.

b) Mediante a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o Executivo estadual, logrou-se a criação do Conselho Estadual de Saneamento e a regulamentação do Fundo Estadual de Saneamento.

Na pauta de trabalho para 2014, está previsto o desenvolvimento de ações orientadas para a elaboração e aprovação, por lei, dos Planos de Saneamento Básico em todos os municípios catarinenses; e também a elaboração e aprovação do Plano Estadual de Saneamento, seguido de Relatório de Salubridade Ambiental, abrangendo todo o território estadual de processo intensivo de capacitação de agentes vinculados à Vigilância Sanitária Estadual e às Vigilâncias Sanitárias Municipais.

Objetivo Estratégico 7



Combater a corrupção e defender com eficiência o patrimônio público e a moralidade administrativa

Objetivo: Tornar mais eficiente a atuação ministerial na tutela da moralidade administrativa e do patrimônio público, por meio do estabelecimento de um padrão de rotinas e fluxos de trabalho estrategicamente planejados, que leve em consideração as dificuldades inerentes à demanda dessa área específica.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa e Promotores de Justiça

Programas estruturados e ações realizadas em 2013



1 Programa LIMPE

Objetivo

Criar métodos direcionados à análise, tramitação e condução dos procedimentos administrativos e judiciais para ter-se uma solução eficiente na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.

Ações desenvolvidas

- a) Realização de diagnóstico destinado a apurar o tempo total de tramitação dos procedimentos extrajudiciais.
- b) Realização de diagnóstico destinado a apurar a real situação dos procedimentos instaurados pelo Ministério Público antes de 31 de agosto de 2008 e finalizados até 31 de dezembro de 2013.

Resultados

Identificou-se, a partir do primeiro diagnóstico, que o tempo médio gasto entre o início e o término dos procedimentos instaurados pelo Ministério Público para apuração de atos de improbidade administrativa tem a seguinte graduação:

- a) Notícia de Fato - 219 dias;
- b) Inquérito Civil - 718 dias;
- c) Procedimento Preparatório - 257 dias;
- d) Procedimento Investigatório Criminal - 500 dias.

O segundo diagnóstico, por sua vez, apresentou que 74,94% dos procedimentos iniciados antes de 31 de agosto de 2008 foram finalizados até 31 de dezembro de 2013.

2

2 Programa Transparência e Cidadania

Objetivo

Promover a defesa da transparência e do acesso à informação na administração pública, por meio do cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência, pelos órgãos da administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

Ações desenvolvidas

- a) Realização de diagnóstico de municípios catarinenses com mais de 10.000 habitantes que publicam informações em sites oficiais ou portais da transparência.
- b) Celebração de convênio de cooperação técnica com os Observatórios Sociais, com vistas à efetiva

implementação das normas relativas à transparência e à informação.

c) Elaboração de recomendação conjunta com a Controladoria-Geral da União e com o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), visando à adoção imediata de providências necessárias ao cumprimento, na sua integralidade, da Lei de Acesso à Informação.

d) Formalização de Protocolo de Intenções com o TCE/SC, visando à cooperação técnica com o MPSC para a plena consecução dos objetivos do programa.

Resultados

a) O diagnóstico programado permitiu concluir que 95,12% das Prefeituras Municipais e 69,91% das Câmaras Municipais publicam suas informações nos moldes preconizados pela legislação própria.

b) Houve incremento, em face das ações desenvolvidas, do processo de transparência pública exigido pela Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Objetivo Estratégico 8



Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal

Objetivo: Atuar no combate aos crimes contra a ordem tributária, destacando perante a sociedade em geral a importância da arrecadação regular de tributos, com o objetivo de criar uma nova consciência de cidadania fiscal, a partir da aplicação de medidas pedagógicas de combate à sonegação fiscal e da posterior e necessária repressão aos crimes dessa natureza.

Responsabilidade: Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária e Promotores de Justiça

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa Saúde Fiscal dos Municípios

Objetivo

Implementar, viabilizar e incentivar a estruturação, fiscalização e a cobrança dos tributos municipais, com ênfase no ISS e ITBI.

Ações desenvolvidas

- a) Realização, em parceria com a FECAM, de diagnóstico acerca da legislação tributária e da estrutura municipal de fiscalização e cobrança de tributos de sua competência.
- b) Promoção de campanha de incentivo à adequação normativa, estruturação, fiscalização e cobrança dos tributos municipais.
- c) Montagem e futura distribuição, mediante exposição pessoal e direta, com todos os Prefeitos de Santa Catarina, em articulação com a FECAM, de proposta de aperfeiçoamento da estrutura normativa e operacional dos sistemas tributários municipais, apresentada em encontros realizados nas 21 Associações de Municípios de Santa Catarina e em visitas individuais a algumas Prefeituras.

Resultados

Mesmo o Programa sem estar concluído e estruturado, ingressaram nos cofres municipais, como resultado direto das ações do Ministério Público, valores da ordem de R\$ 1.568.211,03 — apenas nas comarcas de Criciúma e Itajaí.

2

2 Programa União contra à Sonegação

Objetivo

Interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos, cujas atividades estejam relacionados à proteção da ordem tributária.

Ações desenvolvidas

- a) Realização, em junho de 2013, do Encontro de Integração Institucional, organizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda e com a participação da Procuradoria-Geral do Estado e dos titulares das Promotorias de Justiça Regionais da Ordem Tributária, que aproximou as entidades, harmonizou

procedimentos e garantiu uma maior integração entre os agentes das instituições participantes.

b) Celebração de 10 Termos de Cooperação com instituições por meio de atividades relacionadas à ordem tributária, com destaque para o acesso aos bancos de dados.

2 3 Programa Combate à Sonegação Fiscal

Objetivo

Buscar a responsabilização criminal dos contribuintes infratores da legislação criminal tributária, contribuindo para a consolidação de uma cultura de responsabilidade tributária e para a recuperação de tributos sonegados.

Ações desenvolvidas

Inserção, no sistema de Promotorias de Justiça Regionais da Ordem Tributária, de 94% das comarcas catarinenses.

b) Promoção, pelas Promotorias de Justiça da Ordem Tributária, de 1.251 ações penais e de outras 153 peças processuais, vinculadas ao implemento daquelas ações.

Resultados

a) As 1.251 ações penais promovidas pelo Ministério Público envolveram, globalmente, valores sonegados da ordem de R\$ 375.264.000,00.

b) Incremento de 12,6%, em relação ao exercício de 2012, no volume de créditos tributários recuperados em razão de ações diretas do Ministério Público, em 2013, que representam um aporte adicional ao Erário de R\$ 52.758.731,11.

c) Recuperação, em 2013, fruto direto das ações do Ministério Público, de um volume de créditos tributários sonegados da ordem de R\$ 419.154.078,08, valor correspondente a 84,01% do orçamento do Ministério Público ao longo do exercício de 2013.

Objetivo Estratégico 9



Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias

Objetivo: Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias da Instituição e de seus membros para que possam defender, com eficiência, a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Responsabilidade: Procurador-Geral de Justiça

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Ação contra a Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37)

A PEC 37, se aprovada, importaria severa limitação ao poder investigatório do Ministério Público, impedindo-o de apurar, por exemplo, casos de corrupção e outros delitos de difícil investigação pelo sistema tradicional da Polícia Judiciária, o que resultaria em sérios prejuízos para a sociedade brasileira e catarinense.

Ações desenvolvidas

- a) Isoladamente e também em articulação com órgãos colegiados do Ministério Público, com destaque para o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) e a Confederação Nacional do Ministério Público (CONAMP), várias ações foram promovidas, incluindo contatos com parlamentares com entidades expressivas da sociedade civil e lideranças políticas, demonstrando os prejuízos que a eventual aprovação da PEC 37 representaria para a sociedade.
- b) Foram também encetadas campanhas de conscientização dos integrantes da classe, no sentido de, de forma harmônica e articulada, contribuir, no cenário social e político das respectivas comarcas, para a não aprovação da PEC 37.

Resultados

A PEC 37 foi rejeitada pelo Congresso Nacional com a seguinte votação: Sim:9; Não:430; Abstenção:2; Total:441.

Objetivo Estratégico 10



Aumentar a credibilidade do Ministério Público

Objetivo: Consolidar a imagem e aumentar a credibilidade do Ministério Público por meio de atividades que incrementem a efetividade das ações e divulguem o trabalho da instituição, fomentando a disseminação e a compreensão, pela sociedade, de suas funções e ampliando o conhecimento do trabalho realizado.

Responsabilidade: Procurador-Geral de Justiça, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Coordenadoria de Comunicação Social

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1. Programa de Melhoria de Atendimento ao Público

Objetivo

Buscar a melhoria da imagem da Instituição, mediante o oferecimento de um atendimento ágil e de qualidade, de acordo com as expectativas do cidadão.

Ações desenvolvidas

- a) Realização de 22.815 atendimentos diretos a pessoas pelas Promotorias de Justiça em todo o Estado.
- b) Capacitação de 65 membros do Ministério Público e de 79 servidores para os serviços de atendimento ao público.
- c) Padronização, mediante utilização de logotipos próprios, dos locais de atendimento ao cidadão oferecido pelo Ministério Público.

Resultados

- a) Conclusão e distribuição da cartilha “Conhecendo o Ministério Público”, com indicação dos serviços oferecidos pela Instituição e orientações acerca da forma de utilizá-los.
- b) Estruturação do Serviço de Atendimento e Informações ao Cidadão (SAIC), setor responsável pela gestão e pelo monitoramento dos requerimentos de acesso a informações dirigidos ao Ministério Público de Santa Catarina, com o fim de viabilizar o acesso da sociedade às informações armazenadas no âmbito desta Instituição, em cumprimento ao disposto na Constituição da República, na Lei Federal n. 12.527/2011 e na Resolução n. 89/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) Atendimento, por intermédio do SAIC, mediante remessa física de material escrito, de 49 pedidos de informações, além de centenas de outros, atendidos diariamente por meio telefônico ou digital (e-mail).
- d) Estruturação na Coordenadoria de Comunicação Social de uma assessoria de comunicação incumbida de interagir com usuários da web em tempo real, respondendo e repassando informes de interesse da população.

2

2 Programa Comunicação com a Sociedade

Objetivo

Consolidar a imagem e aumentar a credibilidade do Ministério Público mediante o incremento da efetividade das ações de divulgação dos trabalhos da Instituição.

Ações desenvolvidas

- a) Realização de dezenas de palestras em escolas, universidades e entidades comunitárias.
- b) Criação e aprovação do novo modelo de comunicação do Portal do MPSC.
- c) Criação do modelo padrão de Blogs das Promotorias de Justiça.

Resultados

- a) Conquista da marca de 115.711 acessos ao Portal da Transparência do Ministério Público de Santa Catarina, no período de agosto a dezembro 2013.
- b) Registro de 87.537 acessos a vídeos do MPSC no YouTube.
- c) Registro de 8.173 seguidores do MPSC no Twitter.
- d) Registro, na mídia externa, de 693 inserções de matérias relacionadas ao trabalho do MPSC.



3 Programa Satisfação da Sociedade

Objetivo

Identificar o nível de satisfação da sociedade em face da postura e do desempenho do Ministério Público de Santa Catarina.

Ações desenvolvidas

- a) Concepção e estruturação do método para um melhor diagnóstico da percepção da sociedade sobre a atuação do MPSC.
- b) Definição e estruturação dos temas a serem avaliados pela sociedade em 2014, segundo um sistema de avaliação bianual.

Resultados

- a) Realização de análise crítica do resultado de pesquisa promovida pela Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) acerca da qualidade do Relacionamento Institucional entre as Prefeituras e o Ministério Público, da qual participaram 125 municípios.
- b) Ajustamento de compromisso com a FECAM para realizar, no exercício de 2014, um ciclo de encontros regionais envolvendo Prefeitos, Promotores de Justiça e a administração do Ministério Público, com vistas à harmonização das relações institucionais e à conjugação de esforços para consecução de objetivos e metas de interesse público e social de responsabilidade comum dos Municípios e do Ministério Público.

Objetivo Estratégico 11



Aumentar a efetividade e a proatividade do Ministério Público de Santa Catarina

Objetivo: Desenvolver ações e criar mecanismos institucionais que contribuam para o aumento da efetividade e da proatividade das ações realizadas pelo Ministério Público.

Responsabilidade: Procurador-Geral de Justiça, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Coordenadoria-Geral Administrativa

1

1 Programa de aumento da efetividade e da proatividade

Objetivo

Buscar uma melhor efetividade da atuação do Ministério Público no campo judicial, extrajudicial e na prevenção de conflitos e danos aos interesses coletivos.

Ações desenvolvidas

- a) Implementação do Módulo de Gestão das Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça e do Módulo de Gestão da Secretaria-Geral do Ministério Público.
- (2) Implantação de novas ferramentas de gestão, com destaque para *Business Intelligence* e *GeoIntelligence*.
- (3) Desenvolvimento e implantação das Centrais de Gestão para os Órgãos de Administração instalados na sede da Procuradoria-Geral de Justiça e no edifício Campos Salles.

Resultados

- a) Conclusão do processo de controle administrativo, em tempo real, em 25 módulos de atividades, com destaque para Finanças, Contabilidade, Folha de Pagamento, Recursos Humanos, Patrimônio, Almoxarifado, Frota, Telefonia, Informática, dentre outros.
- b) Conclusão do processo que permite, em tempo real, a obtenção de informações acerca da atuação judicial e extrajudicial das Promotorias e Procuradorias de Justiça.

2

2 Programa de Gestão do Conhecimento

Objetivo

Buscar a melhoria de desempenho da Instituição, mediante a identificação dos processos de localização, extração, partilha e criação de conhecimento, assim como mediante o uso de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação que possibilitem o compartilhamento de dados e informações produzidas.

Ações desenvolvidas

- a) Realização de autoavaliação do processo de GesPública.
- b) Implementação da ferramenta de Gestão do Conhecimento, conhecida como ECOSMO.
- c) Desenvolvimento de ações voltadas à expansão e consolidação do Memorial do MPSC.

Resultados

- a) Conquista de 65 pontos no processo de autoavaliação da GesPública, o que permite à Instituição avançar para nova fase de avaliação de 250 pontos.
- b) Identificação das áreas de conhecimento organizacional que precisam ser mapeadas e avaliadas.
- c) Publicação, pelo Memorial do Ministério Público, de três obras de importância histórica:
 - c.1) *Histórias de Vida* volume I (Procuradores-Gerais);
 - c.2) *Histórias de Vida* volume II (Procuradores e Promotores de Justiça mais antigos) e;
 - c.3) *Memórias do General Vieira da Rosa*.

Objetivo Estratégico 12



Melhorar as relações com os Stakeholders

Objetivo: Fomentar e fortalecer o relacionamento institucional, inclusive mediante proposta de ações conjuntas com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo e com outras entidades públicas e privadas que possam contribuir para a viabilização dos objetivos institucionais do Ministério Público.

Responsabilidade: Procurador-Geral de Justiça, Centros de Apoio Operacional e Promotores de Justiça

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

Objetivo

Conceber e implementar mecanismo de atuação sinérgica, envolvendo o Ministério Público de Santa Catarina e os seus principais *Stakeholders*, com o propósito de identificar objetivos, e preocupações comuns e alternativas aptas à viabilização de soluções.

Ações desenvolvidas

- a) Celebração de vários convênios com os *Stakeholders*.
- b) Compartilhamento de ações na rede governamental de educação corporativa.

Resultados:

- a) Registro de melhorias expressivas no âmbito das relações Institucionais.
- b) Celebração de 64 Termos de Cooperação Técnica e Convênios, com destaque para os seguintes *stakeholders*: Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC); Secretarias de Estado da Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho e Habitação, do Desenvolvimento Sustentável e da Segurança Pública de Santa Catarina; Secretarias Municipais de Educação de Chapecó, Joinville e Lages; Governo do Estado de Santa Catarina; Fundação do Meio Ambiente (FATMA); Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina (APESC); Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC); Caixa Econômica Federal (CEF); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ); Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC); União; Prefeituras de Florianópolis, Blumenau e Joinville; Defensoria Pública de Santa Catarina; Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC); Fundação Hospitalar de Blumenau (Hospital Santo Antonio); Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul; União dos Dirigentes Municipais da Educação do Estado de Santa Catarina (UNDIME/SC); Federação Catarinense de Municípios (FECAM); Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT); Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC); Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP); Observatório Social do Brasil; Observatórios Sociais de Brusque, Florianópolis, Imbituba, Itapema, Lages, São José e Tubarão; Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONEDE); Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC); Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN); Fundação Catarinense de Cultura (FCC); Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IGHSC); Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE); Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina (CBM/SC); e Associação Catarinense de Medicina (ACM).

- c) Promoção, em conjunto com *stakeholders*, de oito eventos de natureza técnico-operacional, a saber:
- c.1) XV Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração, em parceria com o TCE e a FECAM;
 - c.2) Encontro de Integração Operacional entre MPSC e TCESC;
 - c.3) Ciclo de Debates 2013 - Direito Eleitoral e Reforma Política, em parceria com Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e Justiça Federal;
 - c.4) 5º Seminário Catarinense sobre Transparência Pública e Controle Social, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ);
 - c.5) Simpósio Internacional Crise de Representatividade Desafios e Oportunidades para o Controle Externo, em parceria com o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCESC);
 - c.6) XXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA);
 - c.7) III Encontro Estadual dos Sistemas de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC);
 - c.8) - Encontro de Integração Institucional – Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) e Procuradoria-Geral do Estado.

Objetivo Estratégico 13



Aprimorar a avaliação de resultados

Objetivo: Desenvolver e implantar um sistema de avaliação de resultados das ações do Ministério Público que possibilite a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Responsabilidade: Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do MPSC, Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Planejamento

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa de Aprimoramento da Avaliação de Resultados

Objetivo

Monitorar, avaliar e divulgar os resultados das ações institucionais.

Ações desenvolvidas

- a) Inserção do Ministério Público de Santa Catarina nos ciclos de autoavaliação da GesPública.
- b) Concepção e definição de uma nova estrutura de Relatório de Gestão Institucional (RGI), alinhado ao Planejamento Estratégico e ao Plano Geral de Atuação.
- c) Acompanhamento, em meio eletrônico, dos resultados das ações de natureza judiciais e extrajudiciais promovidas pelo MPSC, por intermédio da ferramenta *Business Intelligence*.
- d) Monitoramento da execução do Planejamento Estratégico por meio do *Balanced Scorecard* (BSC) e instituição da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico.

Resultados

Realização, com êxito, de 60% das metas previstas no Plano Geral de Atuação 2013.

Objetivo Estratégico 14



Consolidar Teses Institucionais

Objetivo: Definir e consolidar teses jurídicas que reflitam o entendimento majoritário dos membros do Ministério Público catarinense e sirvam de paradigma orientador da atuação ministerial.

Responsabilidade: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e Conselho Consultivo de Consolidação de Teses Institucionais

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

Incremento da atuação do Conselho de Consolidação de Teses Institucionais.

Resultados

Análise, discussão e aprovação de quatro novas Teses Institucionais.

Objetivo Estratégico 15



Otimizar e potencializar a atuação das Promotorias de Justiça

Objetivo: Otimizar a ação e potencializar os resultados das ações desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça, mediante a implementação de propostas de atuação plena e racional de todas as unidades.

Responsabilidade: Colégio de Procuradores de Justiça, Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisa, Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa para Otimizar a Gestão das Promotorias de Justiça

Objetivo

Criar um ambiente operacional que permita otimizar as atividades realizadas nas Promotorias de Justiça.

Ações desenvolvidas

- a) Criação e implantação do sistema de “cartão de pagamento” para custeio de pequenas despesas, a ser utilizado pelas Coordenadorias Administrativas das Promotorias de Justiça.
- b) Celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal, para acesso ao Sistema de Preços Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/SIPCI).

- c) Celebração de convênio para acesso aos dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).
- d) Elaboração e encaminhamento de projeto de lei que cria cargos nas Secretarias de Circunscrição.
- e) Deflagração do procedimento administrativo para a realização de estudos visando à melhoria do Sistema de Informações e Gestão (SIG) do Ministério de Santa Catarina.
- f) Implantação do processo judicial eletrônico.
- g) Fortalecimento da estrutura do Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisa (CIP).

Resultados

- a) Instalação do sistema de processos judiciais eletrônicos em 38% das Promotorias de Justiça no Estado.
- b) Incremento de 18,70% nas demandas do Centro Operacional de Informações e Pesquisas (CIP) nas áreas de auditoria em entidades do Terceiro Setor e em análises contábeis em procedimentos diversos.
- c) Atendimento pela Gerência de Análise Multidisciplinar do CIP de 293 solicitações de apoio técnico, envolvendo assuntos das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, e Geologia.
- d) Redução de 192 dias úteis (2012) para 97 dias úteis (2013) no tempo médio de atendimento das solicitações de apoio técnico formuladas ao CIP.
- e) Oferecimento de suporte técnico, pelo CIP, aos serviços de investigação criminal que fizeram exitosas pelo menos quatro operações de desmantelamento de organizações criminosas, como “Game Over”, “Bola de Neve – O Degelo”, “Fundo do Poço”, e “Arion”.
- f) Execução de perícia em 485 itens computacionais ou de comunicação periciados, a partir de material apreendido com autorização judicial pelos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECOs).

2

2 Programa de Descentralização do Acesso ao Banco de Dados

Objetivo

Estender a Promotores de Justiça, Assessores Jurídicos e Assistentes de Promotoria de Justiça o acesso a bancos de dados reconhecidamente úteis ao desempenho das atividades afetas aos órgãos de execução do Ministério Público de Santa Catarina.

Ações desenvolvidas

Ampliação do acervo informativo de interesse da Instituição, pela viabilização do acesso a bancos de dados estruturados, entre os quais os sistemas:

- a) HOD (Rede Receita Federal);
- b) JUCESC (Junta Comercial do Estado de SC);
- c) DetranNet (Departamento Estadual de Trânsito);
- d) SAT (Sistema de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda/SC);
- e) INFOSEG (Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP));
- f) SISP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina);
- g) Consulta CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina);
- h) Consulta CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento);
- i) E-STJ (Superior Tribunal de Justiça);
- j) FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Logistas);
- k) Corregedoria do TJSC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina);
- l) COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras);
- m) SIEL (Sistema de Informações Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina);
- n) CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados);
- o) SINIC (Sistema Nacional de Identificação de Criminosos da Polícia Federal);
- p) e-SFINGE (Sistema de Dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
- q) GAIA (Sistema de Gestão e Acompanhamento de Infrações Ambientais, desenvolvido em parceria da Polícia Militar Ambiental com a Fundação do Meio Ambiente (FATMA));
- r) SIMBA (Sistema de Movimentação Bancária – Ministério Público Federal).

Resultados

a) Atendimento, pelo CIP, de 28.600 solicitações de dados formuladas pelos diversos órgãos internos do MPSC no regular exercício de suas atividades.

b) Realização, pelo CIP, através do Serviço de Acesso a Dados Estruturados, de 41.620 objetos de pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento, em suporte às atividades dos órgãos de execução do MPSC, com um incremento da ordem de 27% em relação ao ano anterior.



3 Outras ações de destaque

Estudo sobre a redistribuição de serviço no âmbito das Promotorias de Justiça no Estado

Ações desenvolvidas

Instituição de Comissão Especial para Estudo da Redefinição das Atribuições das Promotorias de Justiça, buscando a partilha racional e equânime da carga de trabalho de cada uma delas, especialmente nas comarcas dotadas de duas ou mais Promotorias de Justiça.

Resultados

- a) Definição da metodologia de trabalho da comissão incumbida da redefinição das atribuições das Promotorias de Justiça.
- b) Redefinição das atribuições das Promotorias de Justiça da comarca de Blumenau.

Objetivo Estratégico 16



Tornar os processos de gestão mais efetivos

Objetivo: Adotar novas práticas e estabelecer métodos para a estruturação e melhoria dos processos de gestão, visando a agregar valor aos serviços prestados aos clientes internos e contribuir para a efetividade da atividade-fim do Ministério Público.

Responsabilidade: Coordenadoria de Comunicação Social, Coordenadoria-Geral Administrativa e Gerência de Gestão de Processos e Competências

Programas estruturados e ações realizadas em 2013



1 Programa para Melhorar a Interação e a Comunicação entre as Diversas Áreas da Estrutura do Ministério Público

Objetivo

Integrar os diversos setores da estrutura do MPSC, mediante a disseminação da cultura organizacional.

Ações desenvolvidas

- a) Desenvolvimento de estudos para fins de elaboração das “Cartas de Serviços” dos Centros de Apoio Operacional, com o objetivo de informar os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos de atendimento pelos entes prestadores.
- b) Conclusão das “Cartas de Serviço” dos seguintes Centros de Apoio Operacional:
 - b.1) Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas (CIP);
 - b.2) Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT);
 - b.3) Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME);
 - b.4) Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA);
 - b.5) Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ);
 - b.6) Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH);
 - b.7) Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR);
 - b.8) Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO);
 - b.9) Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON).

Resultados

- a) Padronização das estruturas básicas dos Centros de Apoio, assim como de suas pautas básicas de serviço e de seus procedimentos.
- b) Incremento do processo de divulgação dos serviços realizados pelos Centros de Apoio Operacional.



2 Programa de Gestão por Processos

Objetivo

Implementar a gestão por processos no MPSC.

Ações desenvolvidas

- a) Criação do Escritório de Processos.
- b) Conclusão de estudos para efeito de padronização dos processos no âmbito dos Centros de Apoio Operacional.
- c) Mapeamento dos processos do Conselho Superior do Ministério Público.
- d) Mapeamento dos processos da Secretaria-Geral do Ministério Público.

Resultados

Mapeamento dos processos em 11,1% das áreas de atividade-meio do MPSC.

Objetivo Estratégico 17



Melhorar a estrutura física e a segurança do Ministério Público de Santa Catarina

Objetivo: Promover a melhoria da segurança institucional e da estrutura física das unidades operacionais do Ministério Público de Santa Catarina a fim de garantir padrões adequados de conforto, funcionalidade, acessibilidade e segurança aos membros, servidores e público externo, bem como aos bens, dados, serviços e documentos integrantes do acervo institucional.

Responsabilidade: Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional, Assessoria Militar e Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa para Adequação da Estrutura Física

Objetivo

Disponibilizar espaços físicos e infraestrutura adequados ao desenvolvimento das atividades do MPSC em todo o Estado, contemplando, inclusive, conforto ambiental, ergonomia, sustentabilidade e acessibilidade espacial.

Ações desenvolvidas

- a) Constituição da Comissão Especial de Estudo para a Expansão da Estrutura Física do MPSC.
- b) Adequação do *layout* dos Gabinetes de Procuradores de Justiça.
- c) Instituição de sistema para atendimento ordenado e racional dos pedidos de obras e serviços de engenharia formulados pelas Promotorias de Justiça.
- d) Aquisição e construção de áreas próprias para o regular funcionamento dos serviços afetos ao MPSC.

Resultados

- a) Adequação de 100% dos Gabinetes de Procuradores de Justiça ao novo *layout* padrão.
- b) Execução de 100% das obras e serviços de engenharia solicitados pelos órgãos internos do MPSC e regularmente autorizados pela Administração.
- c) Construção do prédio destinado à sede das Promotorias de Justiça de Jaraguá do Sul.
- d) Aquisição do terreno contíguo ao Fórum de Justiça de Chapecó para a construção da sede das Promotorias de Justiça de Chapecó.
- e) Aquisição de terreno contíguo ao Fórum de Justiça de Joinville, para a construção da sede das Promotorias de Justiça de Joinville.
- f) Aquisição de imóvel em construção anexo à sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, com previsão de entrega para o final do ano de 2017.

2

2 Programa de Segurança Institucional

Objetivo

Garantir a segurança de membros, servidores e do patrimônio do MPSC.

Ações desenvolvidas

- a) Implementação do sistema de controle de acessos às unidades físicas do MPSC.
- b) Implementação do sistema de vídeomonitoramento nas Promotorias de Justiça e demais instalações do MPSC.

Resultados

- a) Instalação e operação de sistema de identificação de pessoas em 67% dos imóveis próprios do MPSC.
- b) Instalação e operação de serviço de câmera de vigilância na totalidade das Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça do MPSC.

Objetivo Estratégico 18



Melhorar o desempenho dos sistemas de informação

Objetivo: Estruturar os sistemas de informação de modo a assegurar a disponibilidade, a confiabilidade, a integridade e a confidencialidade das informações, e desenvolver soluções que assegurem a integração dos sistemas e a eficiência na entrega da informação.

Responsabilidade: Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Tecnologia de Informação

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa para a Segurança da Informação

Objetivo

Garantir permanentemente o serviço de rede, o armazenamento de dados e a integridade das informações captadas, acessadas ou geradas pelo MPSC.

Ações desenvolvidas

Contratação de *datacenter* visando à redundância da estrutura de informação (CIASC - ALOG) no âmbito do MPSC.

Resultados

Disponibilização de 98% de capacidade instalada das 127 aplicações informatizadas (sistemas) existentes na Instituição.



2 Programa de Integração de Sistemas

Objetivo

Simplificar os procedimentos de acesso do MPSC a bancos de dados e garantir a eficiência tecnológica do MPSC, mediante a implantação e manutenção de um Plano Diretor de TI (Tecnologia da Informação).

Ações desenvolvidas

- a) Implementação do processo de integração de sistemas informatizados, mediante a aquisição da ferramenta denominada “QlikView”.
- b) Desenvolvimento de módulos de *Business Intelligence* para diversas áreas do Ministério Público, com destaque para aquelas ligadas ao órgão de apoio administrativo.
- c) Implementação da nova Intranet.

Resultados alcançados

Padronização e agilização dos procedimentos de acesso a bases de dados e a informações.

Objetivo Estratégico 19



Ter pessoal qualificado e em número suficiente às necessidades reais do Ministério Público de Santa Catarina

Objetivo: Adequar o quantitativo e promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e servidores, visando a melhorar o clima organizacional e aumentar a efetividade dos resultados das ações do Ministério Público.

Responsabilidade: Secretaria-Geral do Ministério Público, Coordenadoria de Recursos Humanos e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento

Programas estruturados e ações realizadas em 2013

1

1 Programa para o Aperfeiçoamento dos Sistemas de Capacitação de Membros e Servi-

Objetivo

Criar as competências requeridas para os processos de trabalho da Instituição.

Ações desenvolvidas

- a) Promoção racional e ordenada de cursos de capacitação.
- b) Implementação do Centro de Educação a Distância.

Resultados

- a) Capacitação, com nível de aproveitamento aferido, de 1.689 servidores do MPSC, 37% dos quais a partir da oferta de cursos a distância.
- b) Capacitação de 786 membros do MPSC.
- c) Oferta e conclusão de 92 cursos, inseridos no contexto do Plano Anual de Capacitação.

2

2 Programa de Melhoria na Gestão de Pessoas

Objetivo

Identificar, nos processos mapeados no âmbito do MPSC, as competências requeridas para o bom desempenho das respectivas funções, o número de pessoal necessário, os critérios de avaliação de desempenho, as políticas de motivação e incentivo à carreira e definir modelos de gestão por resultados.

Ações desenvolvidas

- a) Implementação do Programa de Gestão por Competências.
- b) Realização de concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira do Ministério Público, com a participação de 2.254 candidatos e aprovação final de 31 novos Promotores de Justiça Substitutos.
- c) Elaboração e autorização do lançamento de edital para a realização de concurso público para provimento de cargos do quadro de servidores efetivos do Ministério Público, 49 de nível superior e 41 de nível médio.
- d) Uniformização do programa de estágios no âmbito do MPSC.
- e) Regulamentação, por ato interno, do processo de movimentação de servidores na carreira do MPSC.

Resultados

- a) Aprovação e nomeação de 31 novos Promotores de Justiça Substitutos.
- b) Redução para 3,81% do índice de rotatividade¹ de membros e servidores efetivos do MPSC.
- c) Sustentação do índice de rotatividade de servidores comissionados do MPSC em 21,52%.

2

3 Programa de Humanização do Ambiente de Trabalho

Objetivo

Proporcionar no ambiente de trabalho dos membros e servidores do MPSC, além da acessibilidade plena, conforto ambiental, redução de conflitos e baixo índice de afastamentos decorrentes de problemas de saúde.

¹ A rotatividade de pessoal refere-se à relação entre admissões e demissões ou à taxa de substituição de pessoal antigos por novos. Normalmente é expressa em termos percentuais. Pode ser também um indicador de saúde organizacional.

Ações desenvolvidas

- a) Participação nos eventos “Outubro Rosa”, promovido pela Associação Brasileira dos Portadores de Câncer (AMUCC) – o movimento popular é comemorado em todo o mundo pela luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades –, e “Novembro Azul”, campanha de conscientização realizada por diversas entidades no mês de novembro, dirigida à sociedade e aos homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata e de outras doenças masculinas.
- b) Vacinação coletiva, em caráter preventivo, contra a gripe.
- c) Realização de pesquisa de clima organizacional.

Resultados

- a) Conquista da 7ª colocação estadual no *ranking* das melhores empresas para se trabalhar, em pesquisa realizada pelo Instituto Great Place to Work.
- b) Manutenção de reduzido índice de absenteísmo²: 2,57% para os membros do MPSC; 4,91% para os servidores efetivos e 0,29% servidores comissionados.

Objetivo Estratégico 20



Assegurar recursos orçamentários e otimizar sua alocação

Objetivo: Promover ações para assegurar os recursos necessários à viabilização das ações e a execução do processo de desenvolvimento institucional do Ministério Público e garantir sua aplicação eficiente e racional.

Responsabilidade: Procurador-Geral de Justiça, Coordenadoria-Geral Administrativa, Coordenadoria de Planejamento e Coordenadoria de Finanças e Contabilidade

² O absenteísmo designa a tendência dos colaboradores internos a faltarem ao trabalho para se defenderem contra certas deficiências nas relações laborais.



1 Programa de Gestão Orçamentária e Financeira

Objetivo

Garantir o aporte de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades e o alcance dos objetivos estratégicos definidos pela Instituição.

Ações desenvolvidas

Avanço de estudos para assegurar a consecução das metas institucionais a partir de receita equivalente a 3,91% Receita Líquida Disponível (RDL) do Estado de Santa Catarina.

Resultados:

Sustentação do comprometimento, com despesa de pessoal, em apenas 1,60% na RCL, expressivamente inferior aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Execução regular de 94,51% dos créditos orçamentários, na média de todas as unidades orçamentárias do MPSC.



3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Administrativo

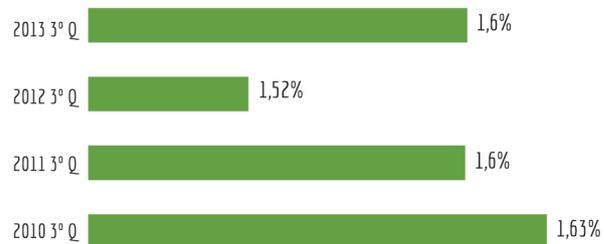
3.1.1 Evolução do Quadro de Pessoal



Dados SRH

3.1.2 Evolução da Despesa Com Pessoal (LRF)

Evolução do Quadro de Pessoal



Fonte: COFIN

3.1.3 Orçado x Realizado 2013

Unidades Orçamentárias	2013		
MPSC	ORÇADO	REALIZADO	%
Pessoal e Encargos Sociais	374.078.143,49	372.202.022,99	99,50%
Outras Despesas Correntes	114.548.529,75	110.910.236,31	96,82%
Investimentos	14.713.003,74	9.719.947,85	66,06%
Total	503.339.676,98	492.832.207,15	97,91%
FRBL	ORÇADO	REALIZADO	%
Outras Despesas Correntes	8.619.279,41	867.737,49	10,07%

Descentralização		6.987.409,24	100,00%
Investimentos	1.760.926,34	615.800,06	34,97%
Total	10.380.205,75	8.470.946,79	81,61%
FECEAF	ORÇADO	REALIZADO	%
Outras Despesas Correntes	426.972,11	124.496,07	29,16%
Investimentos	21.631,60	-	0,00%
Total	448.603,71	124.496,07	27,75%
FERMP	ORÇADO	REALIZADO	%
Outras Despesas Correntes	8.782.673,96	-	0,00%
Transferência Financeira		2.170.225,01	100,00%
Investimentos	49.547.819,83	37.458.481,79	75,60%
Total	58.330.493,79	39.628.706,80	67,94%
Total Geral	572.498.980,23	541.056.356,81	94,51%

3.1.4 Valores dos investimentos por Unidade Orçamentária

ANOS	MPSC	FERMP	TOTAL
2009	240.020,98	3.626.069,83	3.866.090,81
2010	941.264,31	3.401.361,03	4.342.625,34
2011	1.057.922,34	26.996.990,27	28.054.912,61
2012	4.157.771,88	39.948.996,56	44.106.768,44
2013	9.719.947,85	37.458.481,79	47.178.429,64

Fonte: SIGEF

3.1.5 Valores pagos e o incremento na Folha de Pessoal

ANO	2013	2012	2011
Atrasados	77.545.011,62	74.599.755,98	112.070.353,24
Auxílio Alimentação Membros	5.080.979,98	4.523.854,08	1.855.649,16
Auxílio Moradia Incremento	9.730.607,58		
IPREV Devoluções Membros	3.470.069,55	5.442.244,80	2.267.602,00
IPREV Pagamento de Dívida	19.366.452,76		
TOTAL	115.195.134,49	84.567.866,86	116.195.615,40

3.1.6 Imóveis do MPSC

Próprios	Data	Área Terreno	Área Construída
Casa do Barão	1994	2.284,39	12.113,92
Palas	2002	0,00	0,00
Jaraguá do Sul	2008	4.471,97	1.627,39
Campos Salles	2011	1.629,30	12.166,92
Lages	2011	2.156,85	326,94
Sapiens Parque	2013	21.563,06	A definir
Joinville	2013	2.429,00	1.709,64
Chapecó	2013	941,41	A definir
Nova Sede (Bocaiuva)	2013	2.365,00	20.974,67

Fonte: COENG

Locação	Contrato	Área	Início	Final
São José (galpão)	04/2013/MP	1.500,00	05/12/02	vigente
Gaeco Capital	07/2013/MP	897,36	04/07/03	vigente
Palhoça	14/2009/MP	620,00	14/02/05	31/12/11
Biguaçu	17/2009/MP	174,38	13/12/07	vigente
Braço do Norte (*)	18/2007/MP	64,81	17/12/07	07/05/13
Braço do Norte (**)	28/2012/MP	350,27	13/08/12	vigente
Rio do Sul	05/2013/MP	158,50	21/01/08	vigente
Florianópolis (Dona Wanda)	12/2008/MP	1.644,86	13/10/08	30/06/12
Gaspar	07/2009/MP	140,00	19/08/09	vigente
Gaeco Joinville	12/2009/MP	262,00	03/09/09	31/12/13
Gaeco Chapecó	04/2010/MP	505,00	01/03/10	vigente
Florianópolis (Brunet)	10/2010/MP	1.409,80	04/05/10	30/06/12
São José (Terra Firme)	13/2010/MP	121,62	18/06/10	vigente
Canoinhas	15/2010/MP	83,81	09/07/10	vigente
Gaeco Criciúma	18/2010/MP	337,50	27/10/10	vigente
Navegantes (*)	06/2011/MP	44,77	15/02/11	30/04/13
Navegantes (**)	39/2011/MP	205,47	24/10/12	vigente
Gaeco Lages	09/2011/MP	280,00	14/03/11	30/06/13
Jaraguá do Sul	11/2011/MP	131,06	16/03/11	vigente
Caçador	14/2011/MP	398,00	29/04/11	vigente
Santo Amaro da Imperatriz	15/2011/MP	78,83	29/04/11	vigente
São João Batista	31/2011/MP	95,00	28/08/11	vigente
Correia Pinto	28/2011/MP	97,09	04/10/11	vigente
Bom Retiro	30/2011/MP	91,00	08/11/11	vigente
Gaeco Itajaí	32/2011/MP	228,30	29/11/11	vigente
Videira	02/2012/MP	327,27	09/03/12	vigente
Santa Rosa do Sul	08/2012/MP	56,80	04/04/12	vigente
Chapecó	06/2013/MP	100,00	25/02/13	vigente
Curitibanos	11/2013/MP	185,43	13/03/13	vigente
Florianópolis (Corporate)	18/2013/MP	112,56	17/05/13	vigente
Florianópolis (Vintage)	24/2013/MP	1.262,25	18/07/13	vigente
Camboriú	32/2013/MP	163,03	25/09/13	vigente

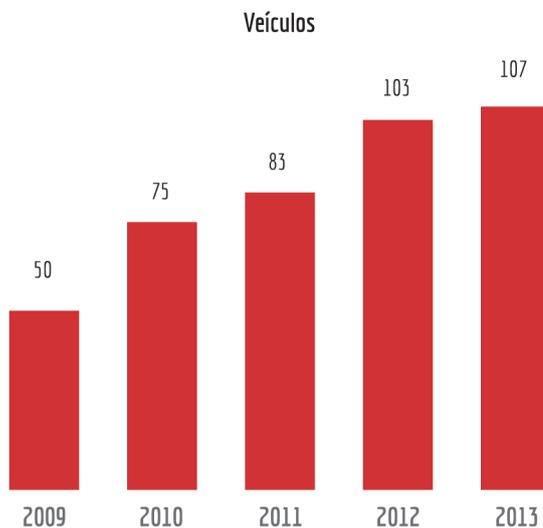
Fonte: COENG

3.1.7 Investimentos em Equipamentos de Informática e Mobilidade

Equipamentos	Quantidade	Valor R\$
500 Tablets Samsung Galaxy Note N8000	500	907.500,00
840 Microcomputadores HP AIO 8300	840	3.133.200,00
840 Monitores HP Elite 23 Polegadas	840	659.400,00
Total		4.700.100,00

Fonte: COTEC/GEPAT

3.1.8 Frota Oficial



Fonte: GETRAN/GEPAT

3.1.9 Evolução do Patrimônio Móvel

Patrimônio Móvel	2009	2010	2011	2012	2013
Livros e Softwares	13.555	19.157	22.659	29.962	38.926
Mobília em geral	16.307	17.685	16.790	19.202	20.683
Máquinas e equipamentos de informática	15.073	18.058	19.645	20.807	23.679
Utensílios em Geral	2.511	2.622	2.757	2.728	3.755
Veículos	50	75	83	103	107

Fonte: GEPAT

3.2 Judicial

3.2.1 Das Atividades do Segundo Grau

Destacam-se aqui as atividades dos órgãos de execução do Ministério Público de Segundo Grau, incluídas as de atribuição originária do Procurador-Geral, das Procuradorias de Justiça, da Coordenadoria de Recursos, do Conselho Superior e da Ouvidoria do Ministério Público.

3.2.2 Atribuição Originária do Procurador-Geral de Justiça

No ano de 2013, a partir de notícias e representações recebidas, foram instaurados 62 Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) e 52 outros procedimentos, incluindo Inquéritos Cíveis. Somam-se a estes 90 outros feitos, que retornaram do Poder Judiciário, de Delegacias de Polícia ou de outros órgãos

para os quais haviam sido remetidos em diligência. Remanesciam ainda, do ano anterior, 123 procedimentos.

Registraram-se também: a) a oferta de 20 denúncias; b) o arquivamento de 37 PICs, de 25 peças de informação e de 19 inquéritos policiais e termos circunstanciados; e c) a oferta de quatro 4 propostas de transação penal. Ainda, de 94 procedimentos encaminhados às Promotorias de Justiça, 34 baixaram em diligência; em dois deles foi reconhecida a extinção de punibilidade, por cumprimento de transação. Houve, ainda, uma requisição de inquérito policial.

Remanesceram, para 2014, 88 procedimentos extrajudiciais.

Em termos processuais, na área criminal, foram apresentadas nove réplicas à resposta do réu; três manifestações de diligências finais; quatro alega-

ções finais; 15 propostas de suspensão do processo; uma razão de recurso e 85 pareceres e 34 outras manifestações apresentados ao Tribunal de Justiça. Houve participação em cinco audiências judiciais e apenas três processos judiciais passaram para 2014. Por força do art. 28 do Código de Processo Penal, foram recebidos 97 procedimentos e três outros vieram do ano anterior. Dentre os 50 que foram analisados, 38 tiveram o arquivamento mantido.

Na área cível, além dos 19 procedimentos (inquéritos civis, procedimentos preparatórios e peças informativas) remanescentes de 2012, outros 25 foram instaurados no ano de 2013. Nesse contexto, houve oito arquivamentos sem ajuste de conduta, uma remessa para outro órgão e a celebração de um termo de ajustamento de conduta, em fase de execução e fiscalização — 34 prosseguem em 2014. Destaca-se, ainda, o ajuizamento de 33 ações diretas de inconstitucionalidade e de uma Ação Civil Pública, além de quatro manifestações em 4 procedimentos administrativos disciplinares em face de autoridades judiciárias.

Registra-se, também, o recebimento para manifestação de outros 108 processos judiciais, resultando em três manifestações de ações civis públicas, 53 em precatórios, 12 mandados de segurança e duas em procedimentos recursais. Também foram emitidos 38 pareceres em feitos de tramitação originária no Tribunal de Justiça. Apenas um processo remanesceu para análise em 2014. Paralelamente, foram recebidos, em 2012, 44 conflitos de atribuição, dos quais 42 resultaram dirimidos, incluindo cinco que vieram do ano anterior.

Finalmente, houve participação em 21 sessões plenárias do Tribunal de Justiça, em sete audiências judiciais e em 36 reuniões e palestras, sem considerar o expressivo número de consultas respondidas

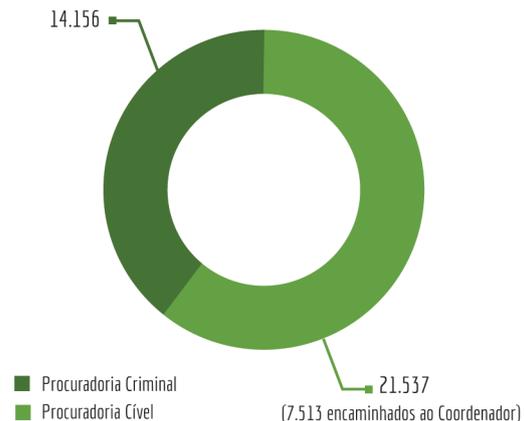
e atendimento ao público, cujo registro numérico a racionalidade administrativa tende a dispensar, dado o volume em que costumam ocorrer.

3.2.3 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça estão divididas em duas: uma com atuação na área criminal e outra na área cível. Esta última, segundo as matérias de maior relevância institucional e o volume de feitos recebidos para manifestação, está subdividida em quatro áreas especializadas e tem implicação direta na distribuição dos processos aos Procuradores de Justiça:

- a) Direito Administrativo;
- b) Direito Tributário ou Fiscal;
- c) Direito da Infância e Juventude, Família e Sucessões; e
- d) Direitos Difusos.

Processos Recebidos
Procuradoria Criminal e Procuradoria Cível



No ano de 2013, foram distribuídos na Procuradoria Criminal 14.156 processos. De outro lado, na Procuradoria Cível, foram distribuídos 14.024 processos, além de outros 7.513 recebidos e despachados pelo Coordenador das Procuradorias Cíveis¹, totalizando 21.537 processos.

3.2.3.1 Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal

A Procuradoria Criminal recebeu, no ano de 2013, 14.156 processos e emitiu 14.129 manifestações. Para 2014, remanesceram 232 processos.

De forma individualizada, o quadro a seguir especifica a Procuradoria de lotação dos Procuradores de Justiça da área criminal e a quantidade de processos distribuídos e de pareceres exarados:

Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal

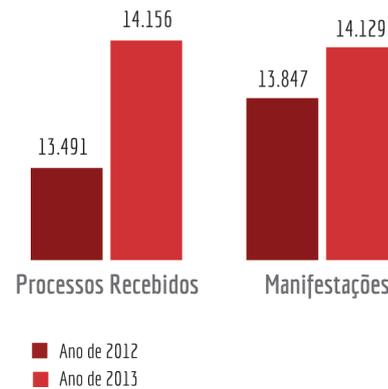


Gráfico representativo das atividades da Procuradoria de Justiça Criminal, em comparação com o ano anterior:

Tabela 1 - Procuradoria de Justiça Criminal

Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distribuídos	Pareceres	Gabinete
1ª Procuradoria de Justiça	Anselmo Agostinho da Silva	0	898	893	5
2ª Procuradoria de Justiça	Paulo Antônio Günther	32	723	641	114
3ª Procuradoria de Justiça	Robison Westphal	0	650	650	0
4ª Procuradoria de Justiça	Odil José Cota	0	747	725	22
5ª Procuradoria de Justiça	Paulo Roberto Speck	17	815	832	0
6ª Procuradoria de Justiça	Raul Schaefer Filho	0	698	697	1
7ª Procuradoria de Justiça	Pedro Sérgio Steil	0	676	676	0
8ª Procuradoria de Justiça	José Eduardo O. da Luz Fontes	1	750	746	5
9ª Procuradoria de Justiça	Humberto Francisco Scharf Vieira	0	503	487	16

10ª Procuradoria de Justiça	Rogério Antônio da Luz Bertoncini ⁽¹⁾	0	370	367	3
10ª Procuradoria de Justiça	Sérgio Antônio Rizelo ¹	12	104	116	0
11ª Procuradoria de Justiça	Gilberto Callado de Oliveira	0	623	622	1
12ª Procuradoria de Justiça	Aurino Alves de Souza ²	0	0	0	0
13ª Procuradoria de Justiça	Paulo Ricardo de Carvalho Roberge	13	770	745	38
14ª Procuradoria de Justiça	Ricardo Francisco da Silveira ³	70	700	770	0
14ª Procuradoria de Justiça	Genivaldo da Silva ³	0	40	27	13
15ª Procuradoria de Justiça	Gercino Gerson Gomes Neto	0	545	545	0
16ª Procuradoria de Justiça	Francisco Bissoli Filho	0	750	750	0
17ª Procuradoria de Justiça	Heloísa Crescenti Abdalla Freire	0	743	741	2
18ª Procuradoria de Justiça	Norival Acácio Engel	0	791	790	1
19ª Procuradoria de Justiça	Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes	8	711	717	2
20ª Procuradoria de Justiça	Ivens José Thives de Carvalho	0	712	703	9
21ª Procuradoria de Justiça	Walkyria Ruicir Danielski ⁴	0	0	0	0
22ª Procuradoria de Justiça	Ernani Guetten de Almeida	8	191	199	0
30ª Procuradoria de Justiça	Promotor Convocado (substituto)	43	267	310	0
31ª Procuradoria de Justiça	Promotor Convocado (substituto)	1	273	274	0
32ª Procuradoria de Justiça	Promotor Convocado (substituto)	0	0	0	0
33ª Procuradoria de Justiça	Promotor Convocado (substituto)	0	0	0	0
34ª Procuradoria de Justiça	Promotor Convocado (substituto)	0	106	106	0
TOTAL		205	14.156	14.129	232

3.2.3.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Cível

A Procuradoria Cível recebeu, no ano de 2013, o total de 21.537 processos e emitiu 13.489 pareceres. Registra-se que o Coordenador da Procuradoria Cível emitiu 7.437 despachos.

Para o ano de 2014, restaram 1074 feitos.

As atividades da Procuradoria Cível encontram-se distribuídas por área de atuação. A tabela abaixo especifica a lotação de cada Procurador, bem como a quantidade de processos distribuídos e de pareceres exarados por Procurador de Justiça Cível.

Atividades da Procuradoria de Justiça Cível

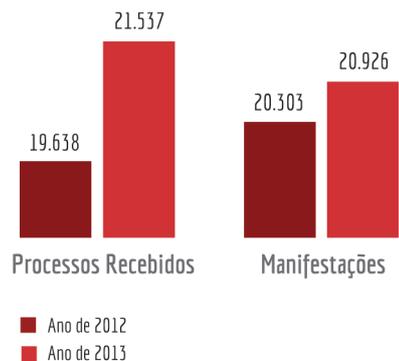


Gráfico representativo das atividades da Procuradoria de Justiça Cível em 2013 e o comparativo com o ano de 2012:

Tabela 2 - Procuradoria de Justiça Cível

Procuradoria de Justiça	Procurador de Justiça	Vindos	Distribuídos	Pareceres	Gabinete
DIREITO ADMINISTRATIVO					
2ª Procuradoria de Justiça	João Fernando Quagliarelli Borrelli	14	731	517	228
6ª Procuradoria de Justiça	Narcísio Geraldino Rodrigues	0	567	561	6
9ª Procuradoria de Justiça	Basílio Elias de Caro ¹	0	169	168	1
11ª Procuradoria de Justiça	Guido Feuser	4	722	561	165
12ª Procuradoria de Justiça	Plínio César Moreira	0	731	730	1
20ª Procuradoria de Justiça	Newton Henrique Trennepohl ²	0	531	509	22
25ª Procuradoria de Justiça	Américo Bigaton	9	556	558	7
26ª Procuradoria de Justiça	Eliana Volcato Nunes	13	712	725	0
DIREITO TRIBUTÁRIO OU FISCAL					
1ª Procuradoria de Justiça	José Galvani Alberton ³	0	0	0	0

13ª Procuradoria de Justiça	Francisco José Fabiano	4	696	698	2
16ª Procuradoria de Justiça	Paulo Ricardo da Silva	0	732	732	0
DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, FAMÍLIA E SUCESSÕES					
4ª Procuradoria de Justiça	Mário Gemin	42	862	860	44
5ª Procuradoria de Justiça	Antenor Chinato Ribeiro ⁴	0	0	0	0
10ª Procuradoria de Justiça	Tycho Brahe Fernandes	21	658	636	43
18ª Procuradoria de Justiça	Lenir Roslindo Piffer	0	851	851	0
24ª Procuradoria de Justiça	Vânio Martins de Faria	0	643	643	0
28ª Procuradoria de Justiça	Mário Luiz de Melo	0	884	883	1
DIREITOS DIFUSOS					
3ª Procuradoria de Justiça	Hercília Regina Lemke	0	597	542	55
7ª Procuradoria de Justiça	Jacson Corrêa	0	598	598	0
8ª Procuradoria de Justiça	Anselmo Jerônimo de Oliveira ⁵	0	0	0	0
14ª Procuradoria de Justiça	André Carvalho	29	183	210	2
15ª Procuradoria de Justiça	Gladys Afonso ⁶	0	0	0	0
17ª Procuradoria de Justiça	Vera Lúcia Ferreira Copetti ⁷	0	269	202	67
19ª Procuradoria de Justiça	Paulo Cezar Ramos de Oliveira	9	718	676	51
21ª Procuradoria de Justiça	Fábio de Souza Trajano ⁸	0	0	0	0
22ª Procuradoria de Justiça	Alexandre Herculano Abreu	0	796	796	0
23ª Procuradoria de Justiça	Durval da Silva Amorim ⁹	0	181	181	0
27ª Procuradoria de Justiça	Sandro José Neis	15	637	652	0
TOTAL		160	14.024	13.489	695
Coordenador da Procuradoria Cível		303	7.513	7.437	379
TOTAL GERAL		463	21.537	20.926	1.074

3.2.4 Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, um dos órgãos de execução da Instituição, conforme previsto na Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, no ano de 2013, interpôs 680 recursos, o que representa um acréscimo de 19,09% em relação ao ano de 2012, período em que foram interpostos 571 recursos, conforme expressa na **Tabela 3**.

Nota-se, ainda, de acordo com os dados fornecidos pelo Órgão, que ocorreu um aumento no volume de acórdãos recebidos para análise em relação ao ano anterior, na área criminal, com percentual de 24,34%

- 16.020 acórdãos em 2013 contra 12.884 em 2012. Na área cível, houve um decréscimo de 1,54%, uma vez que o volume recebido em 2013 foi de 31.407 e, em 2012, totalizou-se 31.898 acórdãos recebidos.

Por outro lado, houve em 2013 um acréscimo no total de processos solicitados para análise² da ordem de 14,56% em relação a 2012. Foram verificados 1.487 processos em 2013, destes 718 afetos à área criminal e 769 à área cível. Já, em 2012, foram avaliados 1.298 processos: 725 pertinentes à área criminal e 573 à área cível.

Tabela 3 - Coordenadoria de Recursos

Recursos	2012	2013
Agravos (Art. 120, CPC)	0	6
Agravos (Art. 544, CPC)	45	72
Agravos (Art. 557, CPC)	25	26
Agravos Regimentais	5	26
Embargos de Declaração	133	162
Habeas Corpus	1	0
Embargos Infringentes	4	9
Mandados de Segurança	1	1
Medidas Cautelares	13	6
Pedidos de Reconsideração	2	5
Reclamações	7	2

Recursos Especiais	265	318
Recursos Extraordinários	67	45
Recursos Ordinários	3	2
Total	571	680

Fonte: Coordenadoria de Recursos Criminais e Cíveis

Outro aspecto a ser destacado é o incremento global de 24,42% nas contrarrazões apresentadas em 2013, alcançando o número de 2.344 – 2.056 referem-se à área criminal e 288 à área cível – enquanto que, em 2012, foram elaboradas 1.884 peças, das quais 1.569 tratavam de matéria criminal e 315 acerca de matéria cível.

A tabela a seguir resume as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Recursos no ano de 2013 e sua comparação com aquelas registradas no ano de 2012.

Tabela 4 - Coordenadoria de Recursos Criminais

Espécie	2012	2013
Acórdãos recebidos para análise	12.884	16.020
Processos requisitados para estudo	725	718
Recursos interpostos	320	317
Agravos (§ 1º do Art. 557, CPC)	0	1
Agravos (Art. 544, CPC)	18	50
Agravo Regimental	1	16
Embargos de Declaração	58	20
Habeas Corpus	1	0
Pedido de Reconsideração	1	0
Agravos de Decisão do Relator	0	
Recursos Especiais	200	217

Recursos Extraordinários	40	11
Recursos Ordinários	1	2
Contrarrazões de recursos¹	1.569	2.056
Processos sem manifestação de mérito	-	-
Petições diversas	51	170

¹Os pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos estão somados às contrarrazões.

Fonte: Coordenadoria de Recursos Criminais

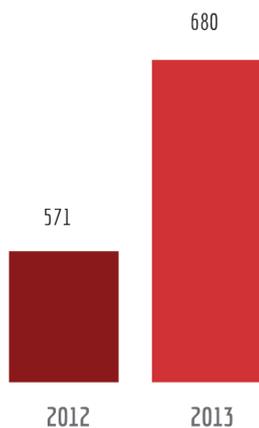
Tabela 5 - Coordenadoria de Recursos Cíveis

Espécie	2012	2013
Acórdãos recebidos para análise	31.898	31.407
Processos requisitados para estudo	573	769
Recursos interpostos	251	363
Agravos (Art. 120, CPC)	-	6
Agravos (Art. 544, CPC)	27	22
Agravos (Art. 557, CPC)	25	25
Agravos Regimentais	4	10
Embargos de Declaração	75	142
Embargos Infringentes	4	9
Mandado de Segurança	1	1
Medidas Cautelares	13	6
Pedidos de Reconsideração	1	5
Reclamações	7	2

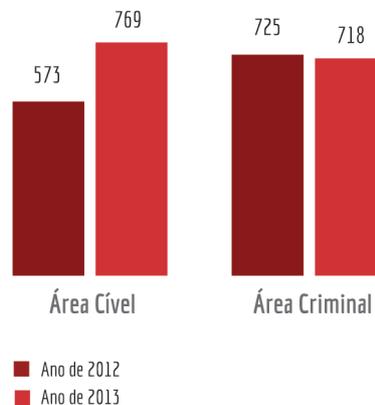
Recursos Especiais	65	101
Recursos Extraordinários	27	34
Recursos Ordinários	2	0
Contrarrazões de recursos	315	288
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de de recursos	64	47
Outras manifestações em processos	-	7
Processos sem manifestação de mérito	-	986
Petições diversas	66	126

Fonte: Coordenadoria de Recursos Cíveis

Total de Recursos Interpostos



Processos Analizados



Gráficos representativos das atividades da Coordenadoria de Recursos em comparação com o período anterior.

Por fim, muito embora as atividades relacionadas à aplicação do art. 600 do Código de Processo Penal não estejam inseridas na estrutura organizacional das Coordenadorias de Recursos, importa destacar neste tópico que, no ano de 2013, foram apresentadas 864 contrarrazões, tarefa atualmente exercida pela Assessoria do Procurador-Geral de Justiça.

3.2.5 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público realizou 28 sessões (23 ordinárias e 5 extraordinárias) no ano de 2013. Além da apreciação da movimentação na carreira, foram distribuídos às turmas revisoras 6.151 notícias de fato, procedimentos preparatórios e/ou inquéritos civis, originários do primeiro grau. Em 23 sessões de cada turma revisora, foram jul-

gados 5.840 desses procedimentos. Veja-se que 125 (cento e vinte e cinco) procedimentos foram devolvidos à origem para realização de diligência complementar.

A planilha abaixo demonstra a movimentação de procedimentos no Conselho Superior no ano de 2013.

Tabela 6 - Movimentação de Processos no CSMP (situação em 31/12/2013)

Conselheiros	Remanescentes - 2012	Distribuídos 2013	Baixados em Diligência	Julgados
Odil José Cota	0	553	5	534
Pedro Sérgio Steil	3	577	3	560
Humberto F. Scharf Vieira	0	392	6	373
Hercília Regina Lemke	0	23	0	23
Narcísio G. Rodrigues	2	518	23	478
Jacson Corrêa	0	414	5	378
⁽¹⁾ Basílio Elias de Caro	0	46	0	46
Gladys Afonso (CGMP)	7	357	8	342
Vera Lúcia Ferreira Copetti	2	484	17	452
Gercino G. Gomes Neto	0	409	12	397
Newton H. Trennepohl (CGMP)	0	114	0	114
Heloísa C. Abdalla Freire	0	557	7	534
Fábio de Souza Trajano	0	524	17	484

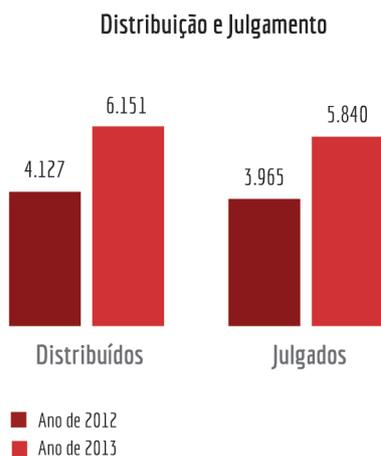
⁽¹⁾ Alexandre Herculano Abreu	1	96	3	93
Ernani G. de Almeida (CGMP)	0	5	0	5
Américo Bigaton	4	485	15	450
⁽¹⁾ Eliana Volcato Nunes	1	50	1	49
Sandro José Neis	0	547	3	528
Total de Processos	20	6.151	125	5.840⁽²⁾

(1) Conselheiros Suplentes

(2) 5.803 homologados e 37 não homologados.

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados

Anota-se que, no ano de 2012, o Conselho Superior do Ministério Público realizou 27 sessões, nas quais foram distribuídos 4.127 procedimentos e julgados 3.965 procedimentos.



3.2.6 Ouvidoria do Ministério Público

Conforme os relatórios apresentados pela Ouvidoria do Ministério Público, referentes às atividades desempenhadas naquele Órgão, em 2013, observou-se o recebimento de 5.731 manifestações relativas aos serviços prestados pelo Ministério Público, volume 10,30% superior ao do ano anterior, que foi de 5.196 comunicações.

Do total de manifestações recebidas em 2013, somam-se 4.715 denúncias (82,27%), 615 pedidos de informação (10,73%), 271 críticas ou reclamações (4,73%), 74 sugestões e comentários (1,29%), 43 outras manifestações (0,75%) e 13 elogios (0,23%).

Por fim, observa-se que o meio de contato mais acionado continua sendo o formulário eletrônico, disponível no portal do Ministério Público, com 4.456 ocorrências. Esse número importa, todavia, em uma

diminuição de 1,39% em relação a 2012, quando se registraram 4.519 contatos, seguido das correspondências eletrônicas (1.085), dos contatos pessoais (121), telefônicos (50) e via postal (19).

Na tabela 7, a seguir, apresentam-se os dados referentes ao volume de manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2013, classificadas por tipo.



Tabela 7 - Manifestações Recebidas

CLASSIFICAÇÃO	2012	2013
1. TIPO DE MANIFESTAÇÃO	5.196	5.731
1.1 Outros	40	43
1.2 Elogio	15	13
1.3 Sugestão e comentários	67	74
1.4 Crítica ou Reclamação	211	271
1.5 Pedido de Informação	503	615
1.6 Denúncia	4.360	4.715
2. ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	5.196	5.731
2.1 Parlamentares	7	4
2.2 Administradores Públicos	1	13
2.3 Integrantes do Ministério Público	2	7
2.4 Integrantes do Judiciário	1	0
2.5 Profissionais liberais	102	66
2.6 Estudantes	44	55
2.7 Entidades civis ou sindicais	12	21

2.8 Servidores públicos	430	522
2.9 Imprensa	8	9
2.10 Empresários	32	57
2.11 Aposentados	16	18
2.12 Estrangeiros	0	0
2.13 Qualificação não informada	2.437	2.285
2.14 Fontes anônimas	2.022	2.570
2.15 Outras	82	104
3. SETORES VISADOS PELAS MANIFESTAÇÕES	5.196	5.731
3.1 Procuradoria-Geral	4	6
3.2 Colégio de Procuradores e CSMP	0	0
3.3 Corregedoria-Geral	0	3
3.4 Secretaria-Geral do MPSC	0	0
3.5 Procuradorias de Justiça	2	2
3.6 Ouvidoria	332	485
3.7 Promotorias de Justiça	88	151
3.8 Comissão de concurso	0	0
3.9 Comissão de concurso para servidores do MPSC	0	0
3.10 Centros de Apoio	4	9
3.11 Outros órgãos do MPSC	33	64
3.12 Órgãos Federais	173	134
3.13 Órgãos Estaduais	927	842
3.14 Órgãos Municipais	1.865	2.296
3.15 Pessoas jurídicas privadas	944	968

3.16 Pessoas físicas	724	713
3.17 Outros	100	58
4. ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES	5.196	5.731
4.1 Solucionada pela Ouvidoria	0	1.308
4.2 Remetida a Órgãos Externos	0	13
4.3 Arquivada pela Ouvidoria	2.441	1.048
4.4 Remetida ao Procurador-Geral	6	6
4.5 Remetida ao Corregedor-Geral	27	39
4.6 Remetida a outros Órgãos do MPSC	2.722	3.317
4.7 Remetida ao CNMP	0	0
4.8 Devolvida para encaminhamento a órgãos externos	0	0
4.9 Outro	0	0
4.10 Em análise	0	0
5. MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS	5.196	5.731
5.1 Contato pessoal	109	121
5.2 Contato telefônico	14	50
5.3 E-mail	538	1.085
5.4 Formulário eletrônico	4.519	4.456
5.5 Via postal	16	19
5.6 Outros	0	0

Fonte: Ouvidoria

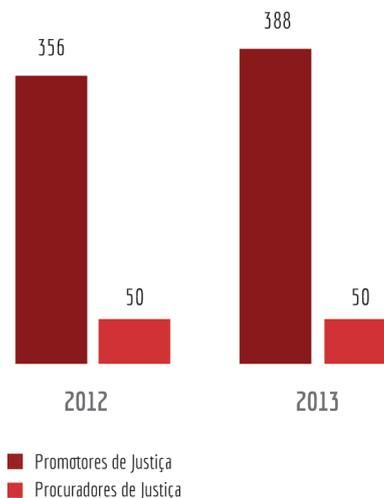
3.2.7 Das Atividades do Ministério Público de Primeiro Grau

3.2.7.1 Promotorias de Justiça, Titulares e Atribuições

De acordo com os dados prestados pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, a estrutura do Ministério Público de primeiro grau apresentava-se ao final de 2013 com 388 Promotores de Justiça. No ano de 2013, foram instaladas 7 (sete) novas Promotorias de Justiça.³

Na Tabela 8, observa-se o número das Promotorias de Justiça ao final desse ano.

Membros do Ministério Público



O gráfico demonstra a evolução do número de membros do Ministério Público no último dia do ano em cada instância.

Tabela 8 - Promotorias de Justiça, Cargos Ocupados e Vagos (Situação em 31/12/2013)

Total Promotorias de Justiça (mesmo as não instaladas)	353
Total de Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital)	8
Total de Cargos de Promotor Substituto	54
Cargos nas Circunscrições MP	52
Cargos no Núcleo Especial PGJ - a ser extinto	1
1ª CMP Capital (antiga - a ser extinto)	1

TOTAL DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA		345
Quantidade de Promotorias por entrância	Especial	158
	Final	95
	Inicial	92
Promotorias instaladas no período		7
TOTAL Cargos Preenchidos do Primeiro Grau		388
Promotorias de Justiça preenchidas - por entrância	Especial	157
	Final	92
	Inicial	90
Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital) preenchidos		8
Cargos de Promotor Substituto preenchidos		41
TOTAL cargos vagos de primeiro grau		19
Número de cargos vagos de Promotor por entrância	Especial	1
	Final	3
	Inicial	2
Cargos vagos de Promotor de Justiça Especial (Capital)		0
Cargos vagos de Promotor Substituto		13
TOTAL Promotorias/Cargos não instalados		10
Por Entrância	Especial	7
	Final	1
	Inicial	0
Promotor Substituto		2

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados

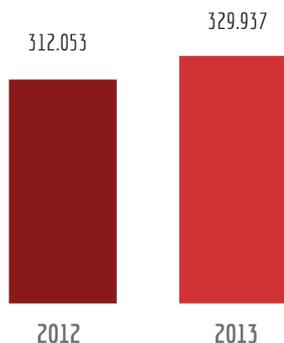
3.2.7.2 Atividades das Promotorias de Justiça na Área Criminal

Os dados estatísticos do ano de 2013 relativos às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça na área criminal revelam um crescimento de 3,84%.

No ano de 2013, as Promotorias de Justiça receberam para análise 329.937 procedimentos, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros, o que representa um aumento de 5,73% em relação ao total recebido no ano de 2012 quando foram registrados 312.053 procedimentos recebidos.

O gráfico a seguir é um demonstrativo dos totais recebidos de notícias criminais, inquéritos policiais, termos circunstanciados e procedimentos administrativos, comparando-se os anos de 2012 e 2013:

Total de Notícias Criminais, Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Procedimentos Administrativos Recebidos



Nas Promotorias de Justiça, foram ofertadas 47.812 denúncias, o que representa um aumento de 19,73% nas ações penais deflagradas, em comparação ao ano de 2012 (39.933).

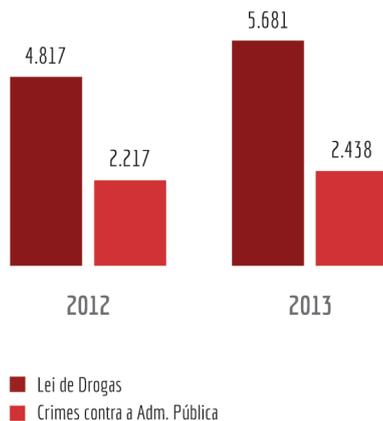
Das denúncias oferecidas, 4.190 trataram de crimes contra pessoas, apresentando nesse particular um acréscimo percentual de 5,70% em relação aos números obtidos no exercício anterior quando se alcançou 3.964 denúncias.

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados, tem-se que a maior incidência passou a ser no campo dos crimes contra a ordem tributária, com 13.780 denúncias, seguidos dos crimes contra o patrimônio, com 11.414 denúncias, dos crimes do Código Brasileiro de Trânsito, com 9.913 ocorrências, dos crimes de violência doméstica e relação familiar, com 7.972 denúncias e, em quinto, dos crimes da Lei de Drogas, com 5.681 ocorrências.

Na área dos crimes contra a ordem tributária, os dados estatísticos colhidos das Promotorias de Justiça totalizam 1.408 denúncias. Nota-se, ainda, que o total dos valores nominalmente sonogados, objeto das denúncias relativas à área de defesa da ordem tributária, também apresentou acréscimo de 20,94%, uma vez que foram anotados R\$ 326.185.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) em 2012, diante de R\$ 394.493.000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e noventa e três mil reais) em 2013, uma diferença de R\$ 68.308.000,00 (sessenta e oito milhões, trezentos e oito mil reais).

Observa-se, também, por oportuno, incremento nas denúncias oferecidas por crimes contra a administração pública, no percentual de 9.97%. Igualmente, houve um aumento de 17,94% das denúncias deflagradas com referência aos crimes da Lei de Drogas.

Lei de Drogas e Crimes Contra Adm. Pública

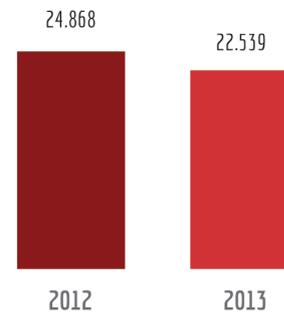


Dos 329.937 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos para exame em 2013, 154.128 são originários desse ano. Desses, 54.006 foram arquivados e 48.035 retornaram à origem para a realização de novas diligências.

Foram realizadas em 2013, ainda, 22.539 transações penais, o que representa um decréscimo de 9,37% em relação ao ano de 2012, quando somaram 24.868. A maior incidência de transações penais foi verificada nas práticas delituosas relativas ao Código de

Transito Brasileiro, com 1.916 registros, seguidos pelo meio ambiente, com 1.032 transações, e pelos casos de abuso de autoridade, com 111 registros. Tudo isso sem prejuízo do registro de 17.809 transações penais referentes a outras infrações penais de menor potencial ofensivo e também 1.534 que dizem respeito à área comum/outros.

Transações Penais Realizadas



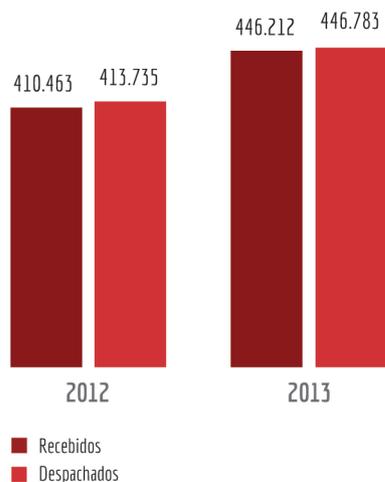
Dos 346.045 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios manuseados no ano de 2013 – o que significa somar os feitos recebidos no período a aqueles que já se encontravam em andamento nas Promotorias de Justiça ao final de 2012 e que permaneceram no início de 2013 –, destaca-se que 13,82% foram denunciados, 15,61% arquivados, 13,88% devolvidos para diligências e outros 3,22% extintos pelo cumprimento de transações formalizadas.

No campo processual, em 2013, anotou-se o recebimento pelas Promotorias de Justiça de 446.212 processos, verificando-se um incremento de 8,71% em relação ao número de novas entradas registradas no

ano de 2012, que foi de 410.463 feitos.

Todavia, o número de processos despachados ultrapassou ao de recebidos no período em 571, ou seja, foram despachados 446.783 processos, o que significa um aumento de 7,99% em relação ao ano de 2012, quando 413.735 processos sofreram análise.

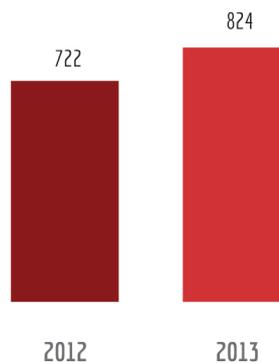
Total de Processos Recebidos e Despachados



Remanesceram para o exercício seguinte (2014) 4.711 processos, o que equivale a uma redução de 15,60% em relação ao volume remanescente de 2012 para o início de 2013 em carga nas Promotorias de Justiça.

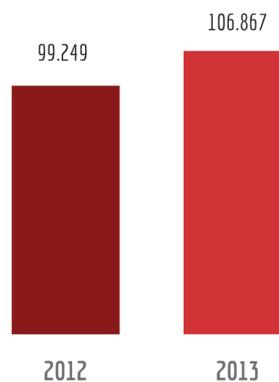
Os Promotores de Justiça participaram, em 2013, de 824 sessões do Tribunal do Júri, o que representa um aumento de 14,13% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 722 julgamentos.

Total de Julgamentos Realizados Pelo Tribunal do Júri



Observou-se, ainda, um aumento de participação nas audiências, que passaram de 99.249, em 2012, para 106.867, em 2013, representando um aumento de 7,68%.

Total de Participações em Audiências



Os relatórios das Promotorias de Justiça com atuação na área criminal apontam uma diminuição de 26,92% na quantidade de inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios que passaram para o ano de 2014 com o prazo de vista vencido, os quais somaram 6.723, em comparação com os números de 2012 para 2013, quando então totalizaram 9.199.

Houve, também, uma diminuição em relação às pendências de manifestação ministerial em proces-

sos-crime. Remanesceram 1.819 feitos com prazo de vista vencido ao final de 2013, enquanto que, ao final do ano de 2012, tinham 2.270 processos nessa situação, o que corresponde a um decréscimo de 19,87%.

No quadro a seguir, estão descritos todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça na área criminal no ano de 2013, em comparação com aqueles registrados no ano de 2012.

Tabela 10 - Atividades da Área Criminal

Itens	2012	2013	Varição (%)
1. INQUÉRITOS/NOTÍCIAS CRIMINAIS/PROCEDIMENTOS/TERMOS	333.240	346.045	3,84
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	21.187*	16.108*	-23,97
1.2. Retornados: delegacia/cartório/outra origem (antigos)	159.826*	175.809*	10,00
1.3. Recebidos/instaurados no período (somente os novos)	152.227	154.128	1,25
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	841*	992*	17,95
b) meio ambiente	3.530	3.856	9,24
c) consumidor	464	655*	41,16
d) moralidade administrativa	271	314	15,87
e) idosos	283	379	33,92
f) pessoas portadoras de deficiência	19	46	142,11
g) violência doméstica e relação familiar	17.717	17.859	0,80
h) preconceito racial	64	16	-75,00
i) ordem tributária	2.759*	3.325*	20,51

j) Código Penal Militar	2.408	2.020	-16,11
k) outras infrações de menor potencial ofensivo	56.369	58.329	3,48
l) área comum/outros	67.502	66.337	-1,73
1.4. TRANSAÇÕES PENAIS	24.868	22.539	-9,37
a) meio ambiente	1.080	1.032	-4,44
b) consumidor	37	39	5,41
c) moralidade administrativa	12	13	8,33
d) idosos	17	25	47,06
e) pessoas portadoras de deficiência	0	2	200,00
f) ordem tributária	23*	27*	17,39
g) Código Penal Militar	4	31	675,00
h) Código de Transito Brasileiro	2.345	1.916	-18,29
i) abuso de autoridade	39	111	184,62
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	19.036	17.809	-6,45
k) área comum/outros	2.275	1.534	-32,57
1.5. Arquivados	58.879	54.006	-8,28
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs)	146*	177*	21,23
b) meio ambiente	651	653	0,31
c) consumidor	116	145	25,00
d) moralidade administrativa	98	79	-19,39
e) idosos	124	154	24,19
f) pessoas portadoras de deficiência	30	24	-20,00
g) violência doméstica e relação familiar	6.549	6.476	-1,11
h) preconceito racial	11	4	-63,64

i) ordem tributária	778*	602*	-22,62
j) Código Penal Militar	605	473	-21,82
k) Código de Trânsito Brasileiro	3.170	3.844	21,26
l) abuso de autoridade	336	337	0,30
m) outras infrações de menor potencial ofensivo	18.728	17.541	-6,34
n) área comum/outros	27.537	23.497	-14,67
1.6. Baixados para diligência	42.654*	48.035*	12,62
1.7. Extinção da punibil. pelo cumprim. da transação (formalizada)	10.299*	11.144*	8,20
1.8. Remetidos a outra promot. e outras sit. de baixa estatística	59.833*	65.484*	9,44
1.9 Intimações diversas	77.029*	85.131*	10,52
1.10. Denúncias oferecidas	39.933	47.812	19,73
a) meio ambiente	1.005	1.048	4,28
b) consumidor	211	267	26,54
c) moralidade administrativa	67	90	34,33
d) idosos	70	92	31,43
e) pessoas portadoras de deficiência	29	14	-51,72
f) violência doméstica e relação familiar (Lei n.11.340/2006)	5.758	6.867	19,26
g) preconceito racial	12	12	0,00
h) ordem tributária	943*	1.408*	49,31
h.1) valor nominal sonogado (desprezar frações de milhares)	326.185*	394.493*	20,94
i) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	5	6	20,00
j) Código Penal Militar	125	165	32,00
k) Código de Trânsito Brasileiro	3.225	8.053	149,71
l) outras infrações de menor potencial ofensivo	6.590	7.376*	11,93

m) área comum/outros	21.893	22.414	2,38
1.1.1. Passam para o período seguinte	19.732*	15.339*	-22,26
2. TIPOS PENAIS DENUNCIADOS	40.243	56.656	40,78
2.1. Área da Coletividade/Código Penal Militar	6.274	15.180	141,95
a) meio ambiente	955	1.017	6,49
b) consumidor	196	194	-1,02
c) moralidade administrativa	28	72	157,14
d) pessoas portadoras de deficiência	1	2	100,00
e) preconceito racial	14	7	-50,00
f) ordem tributária	4.958	13.780	177,93
f.1) art. 1º da Lei n. 8.137/1980	2.164*	6.823*	215,30
f.2) art. 2º da Lei n. 8.137/1980	2.773*	6.950*	150,63
f.3) outros contra a ordem tributária	21*	7*	-66,67
g) Código Penal Militar	122	108	-11,48
2.2 Código Penal	20.360	20.883	2,57
2.2.1. Contra a Pessoa	3.964	4.190	5,70
a) Homicídio	1.042	1.083	3,93
a.1) homicídio simples	231	197	-14,72
a.2) homicídio qualificado	766	833	8,75
a.3) homicídio culposo	45	53	17,78
b) Aborto	22	9	-59,09
c) Lesão corporal	1.648	1.679	1,88
c.1) lesão corporal dolosa	1.562	1.611	3,14
c.2) lesão corporal culposa	74	58	-21,62

c.3) lesão corporal seguida de morte	12	10	-16,67
d) Sequestro e cárcere privado	23	28	21,74
e) Outros tipos contra a pessoa	1.229	1.391	13,18
2.2.2. Contra o patrimônio	11.642	11.414	-1,96
a) furto	5.949	5.766	-3,08
b) roubo e extorsão	2.060	1.983	-3,74
c) latrocínio	64	69	7,81
d) extorsão com restrição à liberdade ("sequestro relâmpago")	67	27	-59,70
e) extorsão mediante sequestro	60	38	-36,67
d) estelionato e outras fraudes	1.338	1.322	-1,20
e) outros tipos contra o patrimônio	2.104	2.209	4,99
2.2.3 Contra a dignidade sexual	786	784	-0,25
a) estupro	451	450	-0,22
a.1) conjunção carnal	257	254	-1,17
a.2) outro ato libidinoso	194	196	1,03
b) violação sexual mediante fraude	5	5	0,00
c) estupro contra vulnerável (exceto vítima menor de 14 anos)	207	218	5,31
d) outros contra a dignidade sexual	123	111	-9,76
2.2.4. Contra a Administração Pública	2.217	2.438	9,97
a) peculato	46	46	0,00
b) emprego irregular de verbas ou rendas públicas	3	1	-66,67
c) concussão	17	9	-47,06
d) corrupção passiva	44	26	-40,91
e) corrupção ativa	81*	40	-50,62
f) prevaricação	12	13	8,33

g) desacato e resistência	1.177	1.396	18,61
h) outros contra a Administração Pública	837*	907	8,36
2.2.5. Outros tipos do Código Penal	1.751	2.057	17,48
2.3. Tipos previstos em leis especiais	13.609	20.593	51,32
2.3.1. Lei de Drogas	4.817	5.681	17,94
a) posse	1.988	2.532	27,36
b) tráfico	2.379	2.612	9,79
c) associação para o tráfico	379	463	22,16
d) outros da Lei de Drogas	71	74	4,23
2.3.2. Abuso de autoridade	42	69	64,29
2.3.3. Tortura	16	37	131,25
2.3.4. Crimes da Lei de Armas	2.127	2.179	2,44
2.3.5. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro	4.276	9.913	131,83
a) homicídio culposo	429	467	8,86
b) lesão corporal culposa	396	571	44,19
c) embriaguez	1.948	6.646	241,17
d) racha	13	12	-7,69
e) outros crimes do Código de Trânsito Brasileiro	1.490	2.217	48,79
2.3.6. Crimes Eleitorais	61	104	70,49
2.3.7. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	8	7	-12,50
2.3.8. Outros	2.262	2.603	15,08
3. CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.147	1.326	15,61
3.1. Contra a vida	3	5	66,67
3.2. Lesão corporal e maus tratos	64	71	10,94
3.3. Abandono e omissão de socorro	31	23	-25,81

3.4. Contra a dignidade sexual	623	702	12,68
a) estupro (conjun. carnal ou outro ato lib.) contra vulnerável	572	673	17,66
b) outros contra a dignidade sexual	51	29	-43,14
3.5. Crimes previstos na Lei n. 8.069/1980 (ECA)	345	457	32,46
a) privação de liberdade - art. 230	2	0	-200,00
b) constrangimento ilegal - art. 232	5	15	200,00
c) produção artística pornográfica - art. 240	6	15	150,00
d) uso de imagem pornográfica - art. 241	19	30	57,89
e) submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	14	11	-21,43
f) corrupção de menor de 18 anos - art. 244-B	261	339	29,89
g) outros previstos na Lei n. 8.069/1980 (ECA)	38	47	23,68
3.6. Abuso de autoridade	1	2	100,00
3.7. Tortura	7	7	0,00
3.8. Outros contra criança e adolescente	73	59	-19,18
4. CRIMES CONTRA IDOSOS	84	161	91,67
4.1. Contra a vida	2	0	-200,00
4.2. Lesão corporal e maus tratos	13	23	76,92
4.3. Abandono e omissão de socorro	0	9	900,00
4.4. Contra a dignidade sexual	6	4	-33,33
a) estupro (conjun. carnal ou outro ato lib.) contra vulnerável	6	4	-33,33
b) outros crimes contra a dignidade sexual	0	0	0,00
4.5. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003)	60	118	96,67
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	36	76	111,11
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	3	6	100,00

c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	0	0	0,00
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	2	2	0,00
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor idoso	0	0	0,00
f) outros previstos na Lei n. 10.741/2003	19	34	78,95
4.6 Abuso de autoridade	1	3	200,00
4.7 Tortura	2	4	100,00
5. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÃO FAMILIAR	6.506	7.972	22,53
5.1. Contra a vida	72	61	-15,28
5.2. Lesão corporal	3.080	3.931	27,63
5.3. Ameaça	2.622	2.989	14,00
5.4. Contra a dignidade sexual	171	200	16,96
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso)	132	186	40,91
b) outros contra a dignidade sexual	39	14	-64,10
5.5. Contra a honra	15	26	73,33
5.6. Outros	546	765	40,11
6. PROCESSOS	838.638	903.670	7,75
6.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	8.858*	5.964*	-32,67
6.2. Recebidos no período	410.463	446.212	8,71
a) meio ambiente	6.536	6.276	-3,98
b) consumidor	816	1.031	26,35
c) moralidade administrativa	724	749	3,45
d) idosos	191	230	20,42
e) pessoas portadoras de deficiência	75	8	-89,33
f) violência doméstica e relações familiares	18.916	25.640	35,55

g) preconceito racial	3	6	100,00
h) área tributária	5945*	6.942*	16,77
i) Código Penal Militar	1.888	1.379	-26,96
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	27.936	36.138	29,36
k) área comum/outros	347.433	367.813	5,87
6.3. Manifestações	413.735	446.783	7,99
a) alegações finais	19.238*	20.829*	8,27
b) medidas cautelares e/ou protetivas	4.937	5243	6,20
b.1) representação de autorid. policial pela prisão preventiva	758*	768*	1,32
b.2) medidas protetivas de urgência	4.179*	4.475	7,08
c) propostas de suspensão condicional do processo	2.558*	3.903*	52,58
d) execução penal	92.084	100.253	8,87
e) razões de recursos	2.484*	3.318*	33,57
f) contrarrazões de recursos	6.902*	6.955*	0,77
g) pareceres perante a Turma de Recursos	642	1.285*	100,16
h) outras	116.105*	119.893*	3,26
i) intimações diversas	168.785*	185.104*	9,67
6.4. Passam para o período seguinte	5.582*	4.711*	-15,60
7. INTIMAÇÕES DE SENTENÇAS	73.772	65.792	-10,82
7.1. Absolutórias	3.776*	4.293*	13,69
7.2. Condenatórias	10.692*	11.398*	6,60
7.3. Pronúncia	666	652	-2,10
7.4. Impronúncia	152	109	-28,29
7.5. Desclassificação para o juízo comum	118	132	11,86

7.6. Absolução sumária	240*	251*	4,58
7.7. Extinção da punibilidade	24.077*	22.598*	-6,14
7.8. Outras	34.051*	26.359*	-22,59
8. TRIBUNAL DO JÚRI - PLENÁRIO		1.814	14,81
8.1. Sessões de julgamento	722	824	14,13
8.2. Réus condenados	579	647	11,74
8.3. Réus absolvidos	195	236	21,03
8.4. Decisões desclassificadoras	84	107	27,38
9. PEDIDOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEFÔNICO E OUTROS	25.077	36.135	44,1
9.1. Quebra de sigilo bancário	186*	173	-6,99
9.2. Interceptação telefônica	14.792	17.831	20,54
9.2.1. Procedimentos remanescentes do período anterior	483*	440*	-8,90
9.2.2. Procedimentos iniciados no período	1.197	1.168*	-2,42
9.2.3. Procedimentos findos no período	1.268	1.135*	-10,49
9.2.4. Procedimentos que permanecem em trâmite	410*	435*	6,10
9.2.5. Telef. monitorados em proced. remanescentes do período anterior	1.261	2.069*	64,08
9.2.6. Telef. monitorados em proced. iniciados no período	4.457	5.468*	22,68
9.2.7. Telef. monitorados em proced. findos no período	4.085	4.964	21,52
9.2.8. Telef. monitorados em proced. que permanecem em trâmite	1.631	2.152*	31,94
9.3. Interceptação em sist. de informação (telemática ou informática)	350	438	25,14
9.3.1. Procedimentos remanescentes do período anterior	23	29	26,09
9.3.2. Procedimentos iniciados no período	52	75	44,23
9.3.3. Procedimentos findos no período	54	60	11,11
9.3.4. Procedimentos que permanecem em trâmite	21	36	71,43

9.3.5. End. Elet. monitorados em pr. remanescentes do período anterior	34	39	14,71
9.3.6. End. Elet. monitorados em proced. iniciados no período	66	91	37,88
9.3.7. End. Elet. monitorados em proced. findos no período	83	68	-18,07
9.3.8. End. Elet. monitorados em proced. que permanecem em trâmite	17	40	135,29
9.4. Número de pessoas investigadas	9.749	17.693	81,49
9.4.1. Total de investigados	5.793	9.731*	67,98
9.4.2. Total de pessoas sob investigação ao fim do período	3.956	7.962*	101,26
10. OUTRAS ATIVIDADES	127.494	144.109	13,03
10.1. Audiências judiciais	99.249*	106.867*	7,68
10.2. Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	91	60	-34,07
10.3. Sessões da Turma de Recursos	118	150	27,12
10.4. Requerimentos de prisão preventiva	711	786	10,55
10.5. Atos de controle externo da atividade policial	289	308	6,57
10.6. Visitas a delegacias de polícia	189	290	53,44
10.7. Visitas a estabelecimentos penais	472	548	16,10
10.8. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	7.213*	17.458*	142,04
10.9. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	19.162*	17.642*	-7,93
11. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	21.928	15.171	-30,81
11.1. Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	9.199*	6.723*	-26,92
11.2. Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	621	45	-92,75
11.3. Processos	2.270	1.819	-19,87
11.4. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	9.838	6.584	-33,08

(*) Acrescidos dados referentes aos Relatórios da Área da Ordem Tributária

Fonte: Sistema de Anotação de Informações (SAI)

3.2.7.3 Atividades das Promotorias de Justiça na Área Cível

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos, foram recebidos e/ou instaurados 19.122 inquéritos civis, procedimentos preparatórios e peças informativas. Em comparação com o ano de 2012, quando o montante chegou a 15.362, constatou-se um aumento de 3.760 unidades em 2013, o que representa um percentual de acréscimo de 4,48% em relação ao ano anterior.

É importante destacar, ainda, que a atuação do Ministério Público na área da defesa dos interesses difusos e coletivos sofreu um incremento em relação

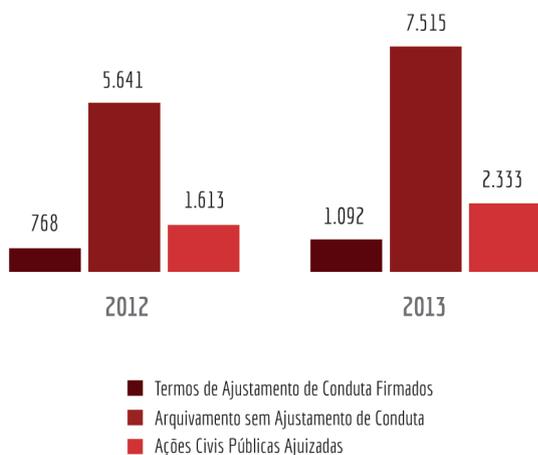
ao ano anterior, já que, em 2013, foram ajuizadas 2.333 ações civis públicas, arquivados sem ajustamento de conduta 7.515 procedimentos, bem como celebrados 1.092 termos de ajustamento de conduta, enquanto que, no ano de 2012, foram ajuizadas 1.613 ações civis públicas, arquivados 5.641 procedimentos sem ajustamento de conduta e celebrados 768 termos de ajustamento de conduta.

A atuação resulta em acréscimo de 44,64% de ações civis públicas ajuizadas, de 33,22% de procedimentos arquivados sem ajustamento de conduta e de 42,19% de termos de ajustamento de conduta celebrados.

Analisando-se o volume de arquivamentos dos procedimentos da área de defesa dos direitos difusos e coletivos no ano de 2013, os resultados apontaram, também, para uma elevação no mapa estatístico em relação ao volume do ano anterior (2012), visto que foram 8.607 arquivamentos em relação a 6.409 em 2012, o que representa um percentual de 34,30% a mais.

Nas áreas de defesa dos direitos difusos e coletivos, a instauração de procedimentos novos no decorrer do exercício de 2013 apresentou a seguinte perspectiva: na moralidade administrativa 5.176, no meio ambiente 3.674 e na saúde 2.214 procedimentos.

Total de Ações Civis Públicas Ajuizadas, Termos de Ajustamento de Conduta Firmados e Arquivamentos sem Ajustamento de Conduta



Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Peças Informativas, por Área



A área da defesa da moralidade administrativa, que revelou o maior movimento, obteve em 2013 um volume 18,12% maior de procedimentos em relação a 2012. Promoveu 1.764 arquivamentos sem ajustamento de conduta, 334 a mais que no ano anterior (1430), 86 arquivamentos com ajustamento de conduta, 45,76% a mais que no ano anterior (59), e deflagrou 391 ações civis públicas, que representam 74 ações a mais do que em 2012 (317). O percentual positivo revelado foi de 23,34%.

Na área de defesa do meio ambiente, foram ajuizadas 284 ações civis públicas e promovidos 457 arquivamentos com ajustamento de conduta e outros 1.239 sem ajustamento de conduta. O número de

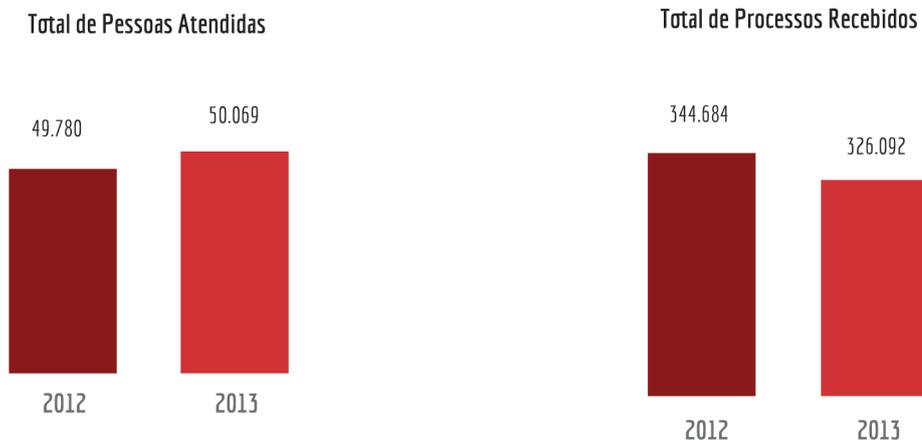
ações ajuizadas nessa área aumentou 73,17% em relação ao ano anterior. Demonstrou-se uma atuação crescente na esfera extrajudicial, uma vez que foram propostos 457 termos de ajustamento de conduta, revelando um aumento de 55,44% se comparados ao ano de 2012.

Por sua vez, a área da saúde concretizou 727 arquivamentos sem ajustamento de conduta, outros 23 com ajustamento de conduta e foram ajuizadas 979 ações civis públicas. Foi a área com maior volume de ações judicializadas, da mesma forma que em 2012, quando foram ajuizadas 686 ações dessa natureza.

Na área dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, foram intentadas 62 ações civis públicas, no ano de 2013, ao passo que, no ano anterior, foram ajuizadas 55, verificando-se um aumento de 12,73%. Instauram-se 411 procedimentos, enquanto que, em 2012, foram instaurados 386.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, devem ser registradas as visitas realizadas por Promotores de Justiça, os quais, ao longo de 2013, estiveram presentes em 79 abrigos de idosos, em 9 abrigos de portadores de deficiência, em 43 estabelecimentos de saúde, em 33 comunidades terapêuticas e em 21 fundações. Em comparação ao ano anterior, houve um aumento no número de visitas na ordem de 77,87%.

No período em comento também foram realizadas 162 audiências públicas, assim como, inquiridas 3.857 pessoas nas 3.133 audiências para instrução



de inquéritos civis e procedimentos preparatórios no âmbito das Promotorias de Justiça, número que supera em 16,04% o registrado em audiências instrutórias em 2012 (2700). No ano de 2013, foram proferidas 167 palestras sobre assuntos institucionais, superando as 112 proferidas no decorrer do ano de 2012. Além disso, nas Promotorias de Justiça no decorrer do ano de 2013, somente na área cível, foram atendidas 50.069 pessoas, número 0,58% superior aos 49.780 atendimentos realizados em 2012.

Na área cível, os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça, no ano de 2013, revelam que houve diminuição na demanda processual. Fo-

ram recebidos 326.092 processos cíveis para exame, o que representa uma redução de 5,39% em relação àqueles recebidos no ano de 2012, quando totalizaram 344.684.

Dentre as manifestações processuais, permanecem representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família: um total de 82.005.

No quadro a seguir, estão apresentados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça na área cível e seu comparativo com aquelas registradas no ano de 2012.

Tabela 11 - Atividades da Área Cível e Coletividade

ITENS	2012	2013	Variação (%)
1. INQUÉRITOS CIVIS/PROCED. PREP./PEÇAS INFORMATIVAS			
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	11.899	17.110	43,79
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo CSMP para diligências/outras	670	1.082	61,49

1.3. Instaurados/recebidos no período	15.362	19.122	24,48
a) meio ambiente	3.086	3.674	19,05
b) consumidor	1.595	2.087	30,85
c) moralidade administrativa	4.382	5.176	18,12
d) idosos	1.255	1.568	24,94
e) pessoas portadoras de deficiência	386	411	6,48
f) saúde	1.696	2.214	30,54
g) fundações	98	497	407,14
h) outros	2.864	3.495	22,03
1.4. Arquivados	6.409	8.607	34,30
1.4.1. Sem ajustamento de conduta	5.641	7.515	33,22
a) meio ambiente	1.090	1.239	13,67
b) consumidor	593	606	2,19
c) moralidade administrativa	1.430	1.764	23,36
d) idosos	438	690	57,53
e) pessoas portadoras de deficiência	78	95	21,79
f) saúde	454	727	60,13
g) direitos humanos, cidadania e fundações	185	305	64,86
h) outros	711	873	22,78
i) remessa ao MPF ou a outro órgão do MPE	662	1.216	83,69
1.4.2. Com ajustamento de conduta	768	1.092	42,19
a) meio ambiente	294	457	55,44
b) consumidor	231	383	65,80
c) moralidade administrativa	59	86	45,76

d) idosos	20	15	-25,00
e) pessoas portadoras de deficiência	95	48	-49,47
f) saúde	16	23	43,75
g) fundações	2	1	-50,00
h) outros	51	79	54,90
1.5. Concluídos/anexados à petição inicial	1.463	2.266	54,89
1.6 Representações indeferidas (art. 8 do Ato 81/2008/PGJ)	2.475	2.684	8,44
1.7. Outras situações de baixa estatística	3.302	3.623	9,72
1.8. Ajustamentos de conduta em execução	989*	1.109*	12,13
1.9. Passam para o período seguinte	14.187	17.057	20,23
2. AÇÕES CIVIS AJUIZADAS			
2.1. Ações civis públicas	1.613	2.333	44,64
a) meio ambiente	164	284	73,17
b) consumidor	55	107	94,55
c) moralidade administrativa	317	391	23,34
d) idosos	162	224	38,27
e) pessoas portadoras de deficiência	55	62	12,73
f) saúde	686	979	42,71
g) fundações	5	7	40,00
h) outras	169	279	65,09
2.2. Ações diretas de inconstitucionalidade	9	13	44,44
2.3. No Juízo da Família	384	798	107,81
2.4. No Juízo Eleitoral	500	63	-87,40
2.5. Outras ações	431	650	50,81

3. PROCESSOS

3.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	5.710	4.898	-14,22
3.2. Recebidos no período	344.684	326.092	-5,39
a) meio ambiente	2.584	3.044	17,80
b) consumidor	724	663	-8,43
c) moralidade administrativa	2.673	3.366	25,93
d) idosos	639	891	39,44
e) pessoas portadoras de deficiência	464	656	41,38
f) saúde	7.829	10.306	31,64
g) fundações	72	290	302,78
h) área comum/outros	329.699	306.876	-6,92
3.3. Manifestações	344.369	328.124	-4,72
a) Ação civil pública	7.262	9.718	33,82
a.1) meio ambiente	1.511	1.500	-0,73
a.2) consumidor	301	306	1,66
a.3) moralidade administrativa	1.739	2.078	19,49
a.4) idosos	248	503	102,82
a.5) pessoas portadoras de deficiência	140	179	27,86
a.6) saúde	2.838	4.406	55,25
a.7) fundações	45	64	42,22
a.8) outras	440	682	55,00
b) Direito de família	79.652	82.005	2,95
c) Inventário/arrolamento (direito das sucessões)	6.538	7.343	12,31
d) Falência/recuperação judicial	1.380	1.780	28,99

e) Fazenda pública	3.095	2.959	-4,39
f) Mandado de segurança	2.672	2.544	-4,79
g) Ação popular	233	164	-29,61
h) Registros públicos	6.538	6.541	0,05
i) Acidente de trabalho/previdenciário	2.364	2.272	-3,89
j) Ações indenizatórias	1.305	1.316	0,84
k) Ações possessórias/usucapião	5.726	6.337	10,67
l) Direito eleitoral	31.422	19.309	-38,55
m) Recurso - razões	343	401	16,91
n) Recurso - contrarrazões	662	672	1,51
o) Recurso - pareceres	176	120	-31,82
p) Recurso - manif. art 1º do Ato PGJ/CGMP/n. 178/2001	3.292	3.196	-2,92
q) Pareceres perante a Turma de Recursos	528	814	54,17
r) Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ n. 103/2004)	22.320	20.717	-7,18
s) Outras manifestações	22.927	21.963	-4,20
t) Cotas	11.575	9.057	-21,75
u) Intimações	134.359	128.896	-4,07
3.4. Passam para o período seguinte	6.025	4.069	-32,46
4. OUTRAS ATIVIDADES			
4.1. Audiências judiciais	33.133	30.757	-7,17
4.2. Sessões da Turma de Recursos	97	107	10,31
4.3. Assistência em rescisões de contrato de trabalho	7.109	5.258	-26,04
4.4. Atos de fiscalização de fundações	379	381	0,53
4.5. Manifestações em habilitações de casamento	27.231	28.288	3,88

4.6. Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	4.486	4.315	-3,81
4.7. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	16.319	21.872	34,03
4.8. Reuniões/audiências extrajudiciais	4.227	5.634	33,29
4.9. Visitas/inspeções em cartórios	14	33	135,71
4.10. Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	28	79	182,14
4.11. Visitas a estab. que abriguem pessoas portadores de deficiência	6	9	50,00
4.12. Visitas a estabelecimentos de saúde	39	43	10,26
4.13. Visitas a comunidades terapêuticas	12	33	175,00
4.14. Visitas a fundações	19	21	10,53
4.15. Palestras sobre assuntos institucionais	112	167	49,11
4.16. Atos de Instrução ICP/PP	66.821	82.152	22,94
a) Audiências públicas realizadas	51	162	217,65
b) Audiências instrutórias de ICP/PP	2.700	3.133	16,04
c) Pessoas inquiridas	3.265	3.857	18,13
d) Requisições e ofícios expedidos	60.283	74.464	23,52
e) Cartas Precatórias expedidas	267	225	-15,73
f) Cartas Precatórias cumpridas	255	311	21,96
4.17. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	49.780	50.069	0,58
5. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
5.1. Inquéritos civis/proced. preparatórios/peças informativas	2.150	2.998	39,44
5.2. Processos	942	1.207	28,13
5.3. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2.320	3.059	31,85

(*) Dado referente a dezembro do ano correspondente.

Fonte: Sistema de Anotação de Informações (SAI)

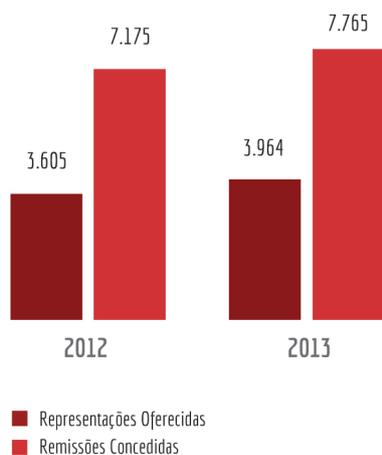
3.2.7.4 Atividades das Promotorias de Justiça na Área da Infância e Juventude

As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude receberam no ano de 2013 um total de 25.188 notícias de atos infracionais, número 2,49% maior em relação ao verificado no ano de 2012, que foi de 24.576 comunicações dessa espécie.

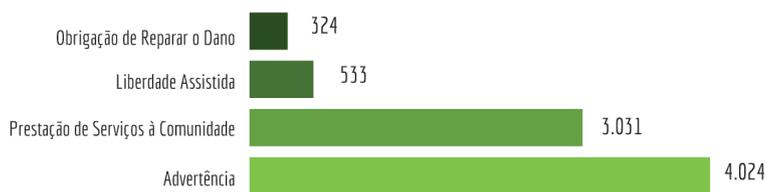
Por conta dessas notícias, foram apresentados em audiência aos Promotores de Justiça 11.309 adolescentes indicados como autores de atos infracionais, o que resultou no oferecimento de 3.964 representações. Isso equivale a um aumento de 9,96% em relação ao ano de 2012 quando foram propostas 3.605 representações, equivalendo aquele número a atos infracionais representados.

As remissões, também ilustradas no gráfico, concedidas no ano de 2013 aos adolescentes apontados como autores de atos infracionais foram em número de 7.765, superando em 8,22% ao daquelas concedidas em 2012, quando alcançaram 7.175. Das remissões concedidas no ano de 2013, verifica-se que 838 foram desacompanhadas de qualquer medida socioeducativa, enquanto que as remissões que cumularam com medida socioeducativa totalizaram 6.927. Registra-se que 4.024 foram cumuladas com medida socioeducativa de advertência, 324 com reparação do dano, 3.031 com prestação de serviço à comunidade e 533 cumuladas com medida socioeducativa de liberdade assistida, como ilustrado no gráfico a seguir.

Remissões Concedidas e Representações Oferecidas



Medidas Socioeducativas Aplicadas



Dentre os atos infracionais representados, a maior incidência foi o de prática por tráfico de drogas, com 905 ocorrências, que correspondem a um aumento de 6,22% em relação ao ano anterior quando foram

registrados 852 atos dessa categoria. Em segundo, aparece a prática de furto, com 837 ocorrências – um acréscimo de 12,05% em relação ao ano de 2012, que registrou 747 casos. A terceira ocorrência foi a de roubo e extorsão, totalizando 419 ocorrências, que significam, também, um índice de 1,45% a mais do que no ano anterior quando se registraram 413 casos.

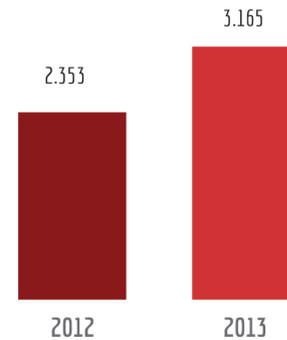
O índice de homicídios com autoria atribuída a adolescentes apresentou um decréscimo de 14,76%. Foram totalizadas 179 ocorrências no ano de 2013, enquanto que, no ano de 2012, foram registrados 210.

Colhe-se dos dados estatísticos finais do exercício que as crianças e os adolescentes foram vítimas em 4 casos de ato infracional por prática de homicídio, o dobro em relação ao ano anterior, em que se observaram 2 casos. Já em relação a atos infracionais contra a dignidade sexual, foram registrados 60 casos contra 56 em 2012, ou seja, volume 7,14% maior que o do ano anterior, e, ainda, 35 ocorrências por outros atos infracionais. Diferentemente de 2012, quando não foi registrada nenhuma representação, em 2013, verificou-se uma ocorrência por prática de tortura.

Na área cível, no último ano, as Promotorias de Justiça com atuação na infância e juventude receberam 2.252 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar - APOIA. Desses casos avisados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, por meio de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 1.142 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 50,71% do total de situações comunicadas. No entanto, comparado com os resultados de 2012 (1.659), constata-se que o número de comunicações de evasão escolar subiu 35,74%.

Entre procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados, bem como notícias e representações recebidas, excluindo avisos por infrequência escolar, por maus-tratos, denúncias encaminhadas por meio do *Disque 100*, as Promotorias de Justiça registraram 5.997 casos e foram celebrados 146 termos de ajustamento de conduta, com o consequente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados, também, 3.165 procedimentos sem a celebração de ajustamento de conduta.

Arquivamentos de Inquéritos Civis e Peças Informativas Sem Ajuste de Conduta



Foram ajuizadas 3.009 ações civis envolvendo direitos de crianças e adolescentes: 2.578 afetas a direitos individuais (art. 201 do ECA) e 431 ações em defesa de direitos difusos e coletivos.

Quanto à natureza das ações civis, no que tange àquelas pertinentes a direitos individuais, verificaram-se 333 ações civis públicas, 442 de destituição ou suspensão do poder familiar, 194 concernentes à guarda, 892 visando à adoção de medidas de proteção, 81 ações cautelares, além de outras 636 ações diversas.

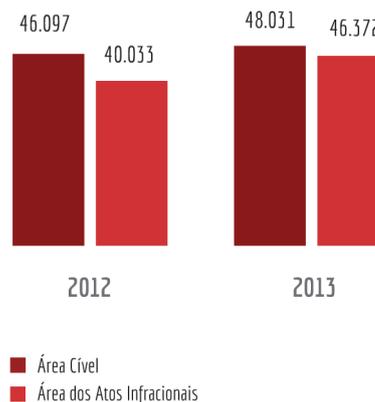
Dentre as 431 ações relativas a direitos difusos e coletivos, contabilizaram-se 160 ações civis públicas, 2 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIN), 43 mandados de segurança, 116 ações para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança/ao adolescente, além de outras 110 classificadas como diversas.

Em relação ao fluxo de processos cíveis da área da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam, ao longo do ano, 48.031 feitos, representando um aumento de 4,20% em relação ao ano de 2012, quando foram recebidos 46.097. Foram emitidos 48.134 manifestações de mérito, assim como 14.965 intimações diversas.

Na área da apuração dos atos infracionais, conta-se o número de 46.372 processos recebidos no ano de 2013, representando um acréscimo de 15,83% em relação ao anterior (40.033).

Além dessas atividades, merece destaque o número de 15.497 pessoas atendidas no ano de 2013 e 721 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

Total de Processos Recebidos



No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça na área da infância e juventude em 2013 e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2012.

Tabela 12 - Atividades da Área Infância e Juventude

Itens	2012	2013	Variação (%)
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRAACIONAIS			
1. NOTÍCIAS DE ATOS INFRAACIONAIS	53.141	54.330	2,24
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	1.267	993	-21,63
1.2 Autos de apreensão/boletins circunst./outros recebidos	24.576	25.188	2,49

1.3 Ajustes de relatório	804	1.073	33,46
a) ajuste pelo número de adol. infratores em AApr/BC	734	1.009	37,47
b) ajuste por AApr/BC reunidos	70	64	-8,57
1.4. Arquivamentos promovidos	2.225	2.579	15,91
1.5. Remissões concedidas:	7.175	7.765	8,22
a) simples	737	838	13,70
b) com medida socioeducativa	6.438	6.927	7,60
b.1) advertência	3.590	4.024	12,09
b.2) obrigação de reparar o dano	273	324	18,68
b.3) prestação de serviços à comunidade	2.959	3.031	2,43
b.4) liberdade assistida	619	533	-13,89
1.6. Outras medidas (art. 101, inc. VII, do ECA)	155	257	65,81
1.7. Representações de atos infracionais oferecidas	3.605	3.964	9,96
1.8. Requerimento de internação provisória	279	292	4,66
1.9. Baixados para diligência	1.547	1.607	3,88
1.10. Outras situações de baixa estatística	10.531	9.715	-7,75
1.11. Passam para o período seguinte	977	897	-8,19
2. ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS	3.847	4.295	11,65
2.1. Contra a Pessoa	704	719	2,13
a) homicídio	210	179	-14,76
b) lesão corporal	189	237	25,40
c) ameaça	171	210	22,81
d) outros	134	93	-30,60
2.2. Contra o Patrimônio	1.436	1.564	8,91

a) furto	747	837	12,05
b) roubo e extorsão	413	419	1,45
c) latrocínio	20	13	-35,00
d) estelionato e outras fraudes	15	21	40,00
e) outros	241	274	13,69
2.3. Contra a Dignidade Sexual	103	123	19,42
a) estupro	90	104	15,56
b) outros contra a dignidade sexual	13	19	46,15
2.4. Tóxicos	1.168	1.260	7,88
a) tráfico	852	905	6,22
b) posse	286	300	4,90
c) outros	30	55	83,33
2.5. Estatuto do Desarmamento	118	127	7,63
2.6. Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	0	0	0,00
2.7. Trânsito	144	260	80,56
2.8. Outros	174	242	39,08
3. ATOS INFRAACIONAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	76	100	31,58
3.1. Homicídio	2	4	100,00
3.2. Contra a Dignidade Sexual	56	60	7,14
3.3. Tortura	0	1	100,00
3.4. Outros	18	35	94,44
4. PROCESSOS/AUDIÊNCIAS	81.044	94.007	16,00
4.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	491	718	46,23
4.2. Recebidos no período	40.033	46.372	15,83

4.3. Manifestações/audiências	20.693	24.557	18,67
a) alegações finais	1.174	1.564	33,22
b) razões de recurso	203	202	-0,49
c) contrarrazões de recurso	235	230	-2,13
d) pareceres em execução de medidas	10.916	14.076	28,95
e) outras promoções	8.165	8.485	3,92
4.4. Intimações	19.277	21.962	13,93
a) intimações de sentença - homolog. de remissão e extinção	7.722	8.521	10,35
b) intimações diversas	11.555	13.441	16,32
4.5. Passam para o período seguinte	550	398	-27,64
II - DA ÁREA CÍVEL			
5. INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIV./REPRESENTAÇÕES	58.549	82.393	40,72
5.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	3.060	5.115	67,16
5.2. Notícias/inq. civis/proced. prep./peças inform./repres.	4.936	5.997	21,50
a) direito individual (art. 201 do ECA)	4.108	5.069	23,39
b) direitos difusos ou coletivos	828	928	12,08
5.3. Avisos por infrequência escolar	1.659	2.252	35,74
5.4. Avisos por maus-tratos	634	679	7,10
5.5. Disque 100	2.027	2.791	37,69
5.6. Outros	1.391	1.639	17,83
5.7. Arquivados/indeferidos	6.608	8.365	26,59
a) inquéritos civis/proced. administrativos/representações	3.800	4.938	29,95
a.1) sem ajustamento de conduta	2.353	3.165	34,51
a.2) com ajustamento de conduta	58	146	151,72

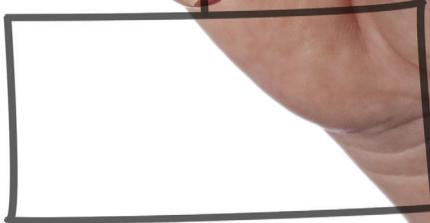
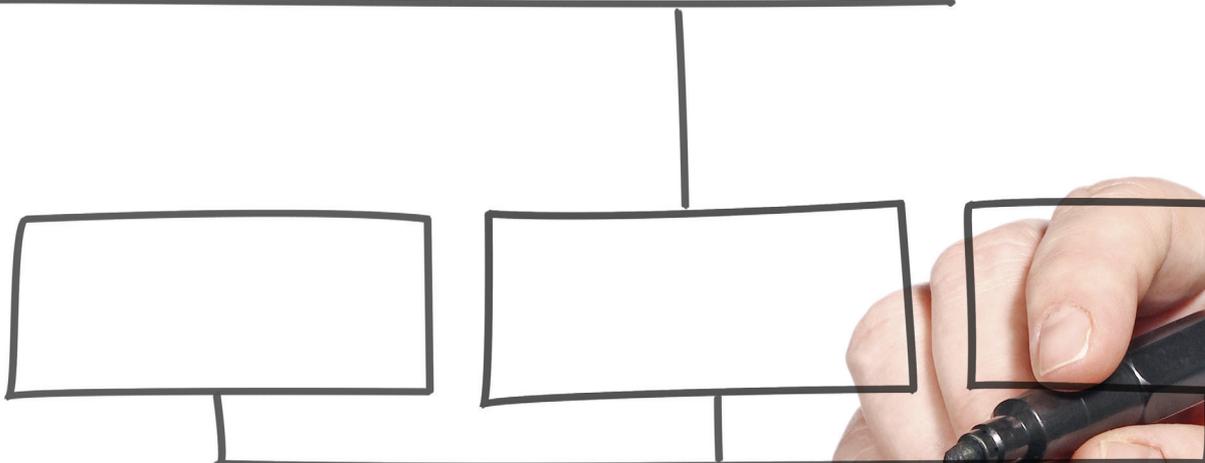
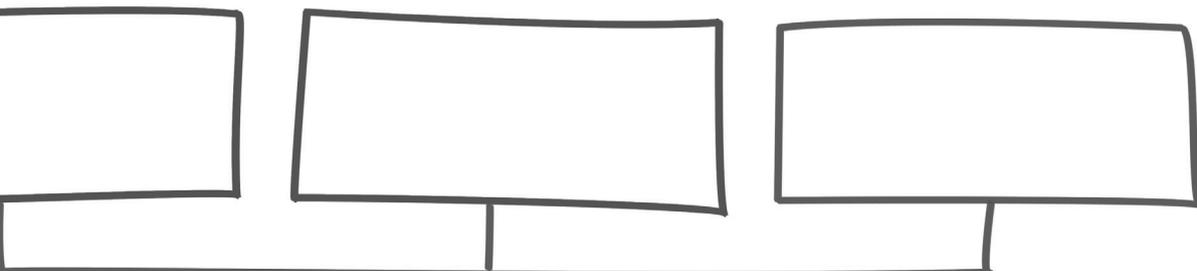
a.3) indeferidos	1.389	1.627	17,13
b) avisos por infrequência escolar	1.213	1.638	35,04
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	923	1.142	23,73
b.2) crianças ou adolescente que não retornaram à escola	290	408	40,69
b.3) em acompanhamento	113	88	-22,12
c) Avisos por maus-tratos	1.202	1.252	4,16
c.1) violência física/psicológica	461	391	-15,18
c.2) exploração sexual infantojuvenil	273	286	4,76
c.3) outras situações de maus-tratos	468	574	22,65
c.4) em acompanhamento	6	1	-83,33
d) outros	393	537	36,64
5.8. Inq. civ./proced. prep. concl./anexado à inicial/outros	2.107	3.009	42,81
a) direito individual (art. 201, ECA)	1.895	2.578	36,04
a.1) destituição/suspensão do poder familiar	458	442	-3,49
a.2) guarda	123	194	57,72
a.3) medidas de proteção	601	892	48,42
a.4) ação civil pública	167	333	99,40
a.5) ação cautelar	111	81	-27,03
a.6) outras	435	636	46,21
b) direitos difusos ou coletivos	212	431	103,30
b.1) ação civil pública	61	160	162,30
b.2) ADIN	0	2	200,00
b.3) mandado de segurança	26	43	65,38
b.4) apuração de infração administrativa	85	116	36,47

b.5) outras	40	110	175,00
5.9. Ajustam. de conduta em exec./aguard. resp./dec. de prazo	30	108	260,00
5.10. Atos instrutórios	30.954	45.971	48,51
a) despachos	9.293	13.684	47,25
b) recomendações	235	375	59,57
c) ofícios expedidos	15.227	24.935	63,76
d) notificações	2.433	3.066	26,02
e) reuniões	631	818	29,64
f) atendimentos	2.353	2.482	5,48
g) encaminhados ao Serviço Social do Ministério Público	782	611	-21,87
5.11. Remetidos ao CSMP	157	257	63,69
5.12. Outras situações de baixa estatística	856	1.068	24,77
5.13. Passam para o período seguinte	4.130	5.034	21,89
6. PROCESSOS	93.428	97.355	4,20
6.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	620	653	5,32
6.2. Recebidos	46.097	48.031	4,20
6.3. Manifestações/pareceres:	46.058	48.134	4,51
a) adoção	1.793	1.703	-5,02
a.1) por brasileiros	1.688	1.645	-2,55
a.2) por estrangeiros	105	58	-44,76
b) alegações finais	841	743	-11,65
c) alimentos	1.009	1.290	27,85
d) cadastro de adotantes	1.612	1.662	3,10
e) cautelares	387	319	-17,57

f) infrações administrativas	1.039	1.041	0,19
g) mandado de segurança	211	891	322,27
h) recursos	273	344	26,01
h.1) razões de recurso	83	128	54,22
h.2) contrarrazões de recurso	181	190	4,97
h.3) pareceres em recurso	9	26	188,89
i) outros pareceres	5.798	5.359	-7,57
j) outras manifestações	18.466	19.817	7,32
k) intimações diversas	14.629	14.965	2,30
6.4. Passam para o período seguinte	653	537	-17,76
7. OUTRAS ATIVIDADES	55.642	61.640	10,78
7.1. Audiências judiciais	11.057	14.056	27,12
7.2. Audiências de apresentação (n. de adolescentes)	10.688	11.309	5,81
7.3. Audiências/reuniões ICP/PP	542	887	63,65
a) pessoas inquiridas	631	914	44,85
7.4. Requisições e ofícios expedidos	14.331	15.427	7,65
7.5. Reuniões/audiências extrajudiciais	1.376	1.952	41,86
7.6. Palestras sobre assuntos institucionais	189	285	50,79
7.7. Visitas a entidades de atendimento ao autor de ato infracional	154	162	5,19
7.8. Visitas a instituições de acolhim. e outras entidades de atendim.	542	721	33,03
7.9. Atendimento ao público (número de pessoas)	15.659	15.497	-1,03
7.10. Cartas precatórias expedidas	584	693	18,66
7.11. Cartas precatórias cumpridas	520	651	25,19
8. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	2.165	2.101	-2,96

8.1. Procedimentos de apuração de ato infracional	190	138	-27,37
8.2. Notícias de atos infracionais	191	142	-25,65
8.3. Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/representações	538	697	29,55
8.4. Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	0	0	0,00
8.5. Processos	376	201	-46,54
8.6. Vencidos há mais de 30 dias	870	923	6,09

Fonte: Sistema de Anotação de Informações (SAI)



4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.1 - Procuradores de Justiça

Alexandre Herculano Abreu
Américo Bigaton
André Carvalho
Anselmo Agostinho da Silva
Anselmo Jeronimo de Oliveira
Antenor Chinato Ribeiro
Aurino Alves de Souza
Basílio Elias De Caro
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Durval da Silva Amorim
Eliana Volcato Nunes
Ernani Guetten de Almeida
Fábio de Souza Trajano
Francisco Bissoli Filho
Genivaldo da Silva
Gercino Gerson Gomes Neto
Gilberto Callado de Oliveira
Gladys Afonso
Guido Feuser
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Hercília Regina Lemke
Humberto Francisco Scharf Vieira

Ivens José Thives de Carvalho
Jacson Corrêa
João Fernando Quagliarelli Borrelli
José Eduardo Orofino da Luz Fontes
José Galvani Alberton
Lenir Roslindo Piffer
Lio Marcos Marin
Mário Gemin
Mário Luiz de Melo
Narcísio Geraldino Rodrigues
Newton Henrique Trennepohl
Norival Acácio Engel
Odil José Cota
Paulo Antônio Günther
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Paulo Ricardo da Silva
Paulo Roberto de Carvalho Roberge
Paulo Roberto Speck
Pedro Sérgio Steil
Plínio Cesar Moreira
Raul Schaefer Filho
Robison Westphal

Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Sandro José Neis
Tycho Brahe Fernandes
Vânio Martins de Faria
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Walkyria Ruicir Danielski

4.2 - Promotores de Justiça

Entrância Especial

Abel Antunes de Mello
Adalberto Exterkötter
Affonso Ghizzo Neto
Alan Boettger
Alex Sandro Teixeira da Cruz
Alexandre Piazza
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Alexandre Wiethorn Lemos
Álvaro Luiz Martins Veiga
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Amélia Regina da Silva
Ana Paula Cardoso Teixeira
André Fernandes Indalencio
André Otávio Vieira de Mello
Andréa da Silva Duarte
Andreas Eisele
Andrey Cunha Amorim
Anelize Nascimento Martins Machado
Ângela Valença Bordini
Aor Steffens Miranda
Ary Capella Neto
Assis Marciel Kretzer
Benhur Poti Betiolo
Caio César Lopes Peiter
Carlos Alberto de Carvalho Rosa
Carlos Alberto Platt Nahas
Carlos Henrique Fernandes

Caroline Moreira Suzin
Celso Antonio Ballista Junior
César Augusto Grubba
Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Cláudia Mara Nolli
Cléber Augusto Hanisch
Cristian Richard Stahelin Oliveira
Cristiane Rosália Maestri Böell
Cristina Balceiro da Motta
Daniel Paladino
Darci Blatt
Davi do Espírito Santo
Debora Wanderley Medeiros Santos
Deize Mari Oechsler
Diana Spalding Lessa Garcia
Donaldo Reiner
Eduardo Paladino
Ernani Dutra
Fabiano David Baldissarelli
Fabiano Henrique Garcia
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Fábio Strecker Schmitt
Fabrício José Cavalcanti
Fabrício Nunes
Felipe Martins de Azevedo
Fernando da Silva Comin
Fernando Linhares da Silva Júnior
Flávio Duarte de Souza
Francisco de Paula Fernandes Neto
George André Franzoni Gil
Geovani Werner Tramontin
Gilberto Polli
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Guilherme Luis Lutz Morelli
Gustavo Mereles Ruiz Diaz
Gustavo Wiggers
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
Helen Crystine Corrêa Sanches
Hélio José Fiamoncini

Hélio Sell Júnior
Heloisa Melo Enns
Henrique Limongi
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
Jackson Goldoni
Jádel da Silva Júnior
Jadson Javel Teixeira
James Faraco Amorim
Janir Luiz Della Giustina
Jayne Abdala Bandeira
Jean Michel Forest
Jean Pierre Campos
João Carlos Teixeira Joaquim
Joel Rogério Furtado Júnior
Jonnathan Augustus Kuhnen
Jorge Orofino da Luz Fontes
José de Jesus Wagner
Joubert Odebrecht
Juliana Padrão Serra de Araújo
Julio André Locatelli
Júlio César Mafra
Jussara Maria Viana
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
Kátia Rosana Pretti Armange
Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Leonardo Todeschini
Lio Marcos Marin
Luciana Rosa
Luciana Uller
Luciano Trierweiller Naschenweng
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Luis Suzin Marini Júnior
Luiz Augusto Farias Nagel
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
Marcelo Brito de Araújo
Marcelo de Tarso Zanellato
Marcelo Gomes Silva

Marcelo Mengarda
Marcelo Truppel Coutinho
Marcelo Wegner
Márcia Aguiar Arend
Marcílio de Novaes Costa
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Margaret Gayer Gubert Rotta
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Maria Luzia Beiler Girardi
Mário Vieira Júnior
Maristela Nascimento Indalencio
Mauricio de Oliveira Medina
Mauro Canto da Silva
Maury Roberto Viviani
Max Zuffo
Miguel Luís Gnigler
Milani Maurilio Bento
Moacir José Dal Magro
Monika Pabst
Murilo Casemiro Mattos
Nazareno Bez Batti
Neori Rafael Krahl
Odair Tramontin
Onofre José Carvalho Agostini
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Paulo Antonio Locatelli
Paulo Roberto Luz Gottardi
Priscilla Linhares Albino
Protásio Campos Neto
Rafael Alberto da Silva Moser
Rafael de Moraes Lima
Raul de Araujo Santos Neto
Renee Cardoso Braga
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
Ricardo Luis Dell' Agnolo
Ricardo Marcondes de Azevedo
Ricardo Paladino
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck
Rodrigo Cunha Amorim

Rodrigo Silveira de Souza
Rogê Macedo Neves
Rogério Ponzi Seligman
Rosan da Rocha
Rosângela Zanatta
Rosemary Machado Silva
Rui Arno Richter
Rui Carlos Kolb Schiefler
Sandro de Araujo
Sandro Ricardo Souza
Saulo Torres
Sérgio Ricardo Joesting
Sidney Eloy Dalabrida
Silvana Schmidt Vieira
Simone Cristina Schultz
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
Thais Cristina Scheffer
Vânia Augusta Cella Piazza
Vânia Lúcia Sangalli
Vera Lúcia Butzke
Vera Lúcia Coro Bedinoto
Wagner Pires Kuroda
Wilson Paulo Mendonça Neto

Entrância Final

Alessandro Rodrigo Argenta
Alexandre Carrinho Muniz
Alexandre Daura Serratine
Alexandre Estefani
Alexandre Schmitt dos Santos
Alicio Henrique Hirt
Aline Dalle Laste
Ana Cristina Boni
Anderson Adilson de Souza
André Braga de Araújo
André Teixeira Milioli
Andrea Gevaerd
Andréa Machado Speck

Andréia Soares Pinto Favero
Andreza Borinelli
Ariadne Clarissa Klein Sartori
Aristeu Xenofontes Lenzi
Arthur Koerich Inacio
Aurélio Giacomelli da Silva
Belmiro Hanisch Júnior
Carla Mara Pinheiro Miranda
Carlos Eduardo Cunha
Carlos Eduardo Tremel de Faria
Carlos Renato Silvy Teive
Caroline Cabral
Caroline Cristine Eller
Cássio Antonio Ribas Gomes
Cesar Augusto Engel
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Cristiano José Gomes
Cristina Costa da Luz Bertoncini
Cristine Angulski da Luz
Daniel Granzotto Nunes
Daniel Westphal Taylor
Débora Pereira Nicolazzi
Diego Rodrigo Pinheiro
Diógenes Viana Alves
Douglas Alan Silva
Eder Cristiano Viana
Eduardo Chinato Ribeiro
Eduardo Sens dos Santos
Elaine Rita Auerbach
Eraldo Antunes
Fabrício Franke da Silva
Felipe Prazeres Salum Müller
Fernanda Broering Dutra
Fernanda Crevanzi Vailati
Fred Anderson Vicente
Gabriel Ricardo Zanon Meyer
Germano Krause de Freitas
Giselli Dutra
Glauco José Riffel

Greicia Malheiros da Rosa Souza
Guilherme Schmitt
Gustavo Viviani de Souza
Henrique da Rosa Ziesemer
Henrique Laus Aieta
João Alexandre Massulini Acosta
João Carlos Linhares Silveira
Jorge Eduardo Hoffmann
José Eduardo Cardoso
José Orlando Lara Dias
José Renato Côrte
Júlio Fumo Fernandes
Karla Bárdio Meirelles
Larissa Mayumi Karazawa Takashima
Laudares Capella Filho
Luciana Schaefer Filomeno
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Marcelo Sebastião Netto de Campos
Marcio André Zattar Cota
Márcio Conti Junior
Marcio Gai Veiga
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
Marcionei Mendes
Marco Antonio Schütz de Medeiros
Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
Maycon Robert Hammes
Mônica Lerch Lunardi
Murilo Adaghinari
Nataly Lemke
Patricia Dagostin Tramontin
Pedro Roberto Decomain
Rafael Meira Luz
Raul Gustavo Juttel
Ricardo Viviani de Souza
Roberta Magioli Meirelles
Rodrigo Andrade Viviani
Rodrigo Kurth Quadro
Rodrigo Millen Carlin
Samuel Dal-Farra Napolini

Sandra Goulart Giesta da Silva
Susana Perin Carnáuba
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Viviane Gastaldon Damiani Silveira Mira

Entrância Inicial

Alan Rafael Warsch
Alexandre Volpato
Ana Elisa Goulart Lorenzetti
Ana Laura Peronio Omizzolo
Ana Paula Destri Pavan
Átila Guastalla Lopes
Barbara Elisa Heise
Bruna Gonçalves Gomes
Bruno Bolognini Tridapalli
Camila Vanzin Pavani
Candida Antunes Ferreira
Carlos Alberto da Silva Galdino
Caroline Sartori Velloso
Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Cláudio Everson Gesser Guedes da
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini
Cristiane Weimer
Cristina Elaine Thomé
Cyro Luiz Guerreiro Júnior
Daniele Garcia Moritz
Diana da Costa Chierighini
Diego Roberto Barbiero
Diogo Luiz Deschamps
Douglas Roberto Martins
Elias Albino de Medeiros Sobrinho
Elizandra Sampaio Porto
Ernest Kurt Hammerschmidt
Fabiana Mara Silva Wagner
Fabiano Francisco Medeiros
Fabrício Pinto Weiblen
Felipe Nery Alberti de Almeida
Felipe Schmidt

Fernando Guilherme de Brito Ramos
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior
Fernando Wiggers
Filipe Costa Brenner
Francieli Fiorin
Giancarlo Rosa Oliveira
Gilberto Assink de Souza
Gláucio José Souza Alberton
Graziele dos Prazeres Cunha
Guilherme André Pacheco Zattar
Guilherme Brodbeck
Jaisson José da Silva
João Luiz de Carvalho Botega
João Paulo de Andrade
Joaquim Torquato Luiz
Julia Trevisan de Toledo Barros
Júlia Wendhausen Cavallazzi
Juliana Ramthun Frasson
Kariny Zanette Vitoria
Lara Peplau
Lara Zappelini Souza
Lenice Born da Silva
Luciana Cardoso Pilati Polli
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
Luis Otávio Tonial
Marcela de Jesus Boldori Fernandes
Marcela Hülse Oliveira
Marcela Pereira Geller
Marcelo Francisco da Silva
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro
Marcos Augusto Brandalise
Marcos Batista De Martino
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro
Maria Claudia Tremel de Faria
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
Marina Modesto Rebelo
Mirela Dutra Alberton
Nilton Exterkoetter
Pablo Inglês Sinhori

Pedro Lucas de Vargas
Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros
Rafael Pedri Sampaio
Rafaela Denise da Silveira
Rejane Gularte Queiroz Beilner
Roberta Ceolla Gaudêncio
Roberta Trentini Machado Gonçalves
Rodrigo Cesar Barbosa
Silvana do Prado Brouwers
Simão Baran Junior
Symone Leite
Tehane Tavares Fenner
Tiago Davi Schmitt
Viviane Soares

Promotores de Justiça Substitutos

Alceu Rocha
Analú Librelato Longo
Andrea Cristina Koslovski
Bianca Andrighetti Coelho
Cleber Lodetti de Oliveira
Daniel da Costa Rabello
Djônata Winter
Edisson de Melo Menezes
Eliatar Silva Junior
Henriqueta Scharf Vieira
Joel Zanelato
José Geraldo Rossi da Silva Cecchini
Larissa Zomer Loli
Leandro Garcia Machado
Leticia Baumgarten Filomeno
Lia Nara Dalmutt
Luis Felipe Fonseca Católico
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Marciano Villa
Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes
Mariana Pagnan da Silva
Mário Waltrick do Amarante

Matheus Azevedo Ferreira
Michel Eduardo Stechinski
Naiana Benetti
Raquel Betina Blank
Raul Rogério Rabello
Renata Caetano Pereira da Silva Fuga
Renata de Souza Lima
Renato Maia de Faria
Sandra Faitlowicz Sachs
Thiago Carriço de Oliveira
Vanessa Wendhausen Cavallazzi
Vinícius Secco Zoconi

4.3 - Área de Apoio

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Vanessa Wendhausen Cavallazzi- Diretora

Gerência de Acompanhamento dos Fundos Especiais

Keli Soares de Anhaia

Gerência de Arquivo e Documentos

Selma de Souza Neves

Gerência de Biblioteca

Rosiane Maria Campos

Gerência de Publicações e Revisões

Lúcia Anilda Miguel

Gerência de Capacitação e Aperfeiçoamento

Luciana Andrea Mattos

Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional

José Galvani Alberton

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor

Caroline Moreira Suzin - Coordenador

Caroline Cabral – Coordenador-Adjunto

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Basílio Elias De Caro - Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Marcelo de Tarso Zanellato - Coordenador

Centro de Apoio Operacional Criminal

Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Marcelo Wegner - Coordenador

Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas

Adalberto Exterkötter – Coordenador

Laudares Capella Filho - Coordenador-Adjunto

Gerência de Análise Multidisciplinar

Fábio Rogério MatiuZZi Rodrigues

Gerência de Análise Contábil

Douglas da Silveira

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Paulo Antonio Locatelli - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

Davi do Espírito Santo - Coordenador-Geral

Samuel Dal-Farra Napolini - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

Murilo Casemiro Mattos – Coordenador

Coordenadoria-Geral Administrativa

Adauto Viccari Júnior

Coordenadoria de Auditoria e Controle

Rubinei Huttner Fischer

Coordenadoria de Comunicação Social

Luciana Wasum Carvalho

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade

Márcio Abelardo Rosa

Gerência de Contabilidade

Luana Henrique Nunes – Respondendo

Gerência de Finanças

Sérgio Luiz Kraeski

Gerência de Execução Orçamentária

Ivania Maria de Lima

Coordenadoria de Acompanhamento Funcional

Jair Alcides dos Santos

Coordenadoria de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Berenice Chaves Gomes

Coordenadoria de Operações Administrativas

Doris Mara Eller Brüggmann

Gerência de Almoarifado

Luís Antônio Buss

Gerência de Compras

Samuel Wesley Elias

Gerência de Transportes

Jacqueline Figueró Jeske

Gerência de Patrimônio

Ângelo Vitor Oliveira

Gerência de Contratos

Sara Souza da Silva Amorim

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Maria Inês Finger Martins

Gerência de Remuneração Funcional

Liliane Cavalleri Cardoso

Coordenadoria de Planejamento

Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerência de Informações e Projetos

Luís Morais Neto

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas

Denis Moreira Cunha

Gerência Operacional de Tramitação e Informação de Processos

Larisse Silva Roman

Coordenadoria de Recursos Humanos

Silvana Maria Pacheco

Gerência de Cadastro e Informações Funcionais

Thiagus Mateus Batista

Gerência de Atenção à Saúde

Anarrosa Garcia Silveira

Gerência de Desenvolvimento de Pessoas

Emanuella Koerich Zappellini

Gerência de Estágio

Miriam Jacques Schmidt

Gerência de Legislação de Pessoal

Janete Aparecida Coelho Probst

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Oldair Zanchi

Gerência de Desenvolvimento

Giorgio Santos Costa Merize

Gerência de Rede e Banco de Dados

Júlio Cesar Moriguti

Gerência de Suporte

Rodrigo de Souza Zeferino

Gerência de Processos Jurídicos Digitais

Paulo Cesar Allebrandt

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

Fabício Kremer de Souza

Gerência de Manutenção

Rômulo César Carlesso

Gerência de Logística

Ricardo Alexandre Oliveira

Coordenadoria de Informação Social

Christian Rosa

1 Nos termos de deliberação da Procuradoria Cível, datada de 25/10/2005 (Ata 57).

2 Isso ocorre em razão da sistemática de intimação do segundo Grau. O COPIJ remete uma lista para verificação (intimação) e, havendo interesse, as Coordenadorias de Recurso e os Procuradores de Justiça solicitam o processo para avaliação.

3 Ato 103/2013 – 13ª PJ de Chapecó; Ato 262/2013 – 38ª PJ da Capital; Ato 339/2013 – 2ª PJ de São João Batista; Ato 340/2013 – 2ª PJ de Barra Velha; Ato 360/2013 – 4ª PJ de Curitiba; Ato 361/2013 – 6ª PJ de Rio do Sul; Ato 628/2013 – 3ª PJ de Camboriú.

A apresentação e implementação do programa “Saúde Fiscal dos Municípios”, por vezes, ocorreu concomitantemente às reuniões realizadas pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM) com as associações de municípios do Estado, com início dos trabalhos em 11/8/2013 e término em 11/12/2013. Foram visitadas todas as 21 (vinte e uma) associações de municípios do Estado de Santa Catarina. Ressalta-se que dentre as associações, apenas uma delas, Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC), teve seus 5 (cinco) municípios atendidos de forma individual, além do município de Braço do Norte, integrante da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL). Já a Associação dos Municípios do Planalto Norte (AMPLANORTE) (Mafra), AMUREL (Tubarão), a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC) (Joinville), a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) (Blumenau), bem como a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) e a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), conjuntamente, solicitaram o retorno da equipe para nova apresentação do programa na sede da AMOSC, em Chapecó/SC, totalizando 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios atendidos de forma individual ou coletiva.